

6

AMPLIANDO FRONTEIRAS (1983 – 1996)

O curso da urbanização em Brasília havia se tornado ainda mais complexo e articulado por mais atores. Obras de infraestrutura eram mantidas em várias frentes, no campo e nas cidades. E um novo marco da ampliação de fronteiras ocorreria por meio da agenda do I Encontro de Governadores, Prefeitos e Vereadores da Região Geoeconômica de Brasília, em 1983, mobilizando os Estados de Goiás, Minas Gerais e o Distrito Federal para atuar em investimentos em áreas periféricas ao quadrilátero, ainda pouco exploradas nos processos de urbanização. Seria retomado o fôlego de ações de mesma natureza que, iniciadas em 1975 pelo Programa da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), haviam enfraquecido após esvaziarem-se de recursos no decorrer dos anos.¹⁰⁸

Com base no Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD/DF), prosseguiram também as obras de eletrificação rural, distribuindo redes a várias regiões agrícolas, além das intervenções rodoviárias em estradas de penetração. Reunidas, as ações na região geoeconômica de Brasília e em área rural infraestruturavam ainda mais o território e consolidavam um sistema viário periférico. Com parte dessas obras ocorrendo por terras fronteiriças ao quadrilátero da Capital, ocorria um incremento a mais para a urbanização dessa região já bastante estimulada pela intensa migração para seus domínios, fortalecendo a integração de municípios vizinhos ao complexo urbano de Brasília.

Nos primeiros anos da década de oitenta, voltaram a ser incluídos novos assentamentos urbanos no aglomerado de Brasília, o que não ocorria desde 1970 após a locação de Ceilândia. Primeiro foi Samambaia, em seguida Riacho Fundo e as Quadras Econômicas beirando a Estrada Parque Taguatinga (EPTG). Nos anos seguintes, foram criadas mais duas: Santa Maria e Recanto das Emas. Além desses

¹⁰⁸ Em 1975, o PERGEB recebeu dois bilhões de cruzeiros, em 1983, em termos reais, o programa contou com apenas 700 milhões de cruzeiros.

novos parcelamentos, o período foi também de grande expansão das cidades-satélites mais antigas.

O modelo oficial de urbanização havia sido reformulado. Não mais alimentado pelos recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH), passou a se isentar da oferta de habitação associada ao lote. Entretanto, em função das crescentes exigências no tocante ao saneamento cobradas no período pós-PLANASA¹⁰⁹, os novos loteamentos, incluindo aqueles destinados às classes menos abastadas, passaram a ser munidos de alguma infraestrutura prévia.

No âmbito das ações oficiais, entravam em cena também novos projetos de expansão urbana para a Capital. Os bairros previstos no plano Brasília Revisitada, de 1987, e as orientações lançadas pelo PDOT em 1992 seriam determinantes na modelagem de expansão adotada na sequência. O primeiro plano, responsável pela inserção de novas áreas nos domínios do Plano Piloto e Lagos, e o segundo, autor da recomendação da ocupação de vazios mantidos entre o centro urbano e as cidades satélites, reforçariam juntos o crescimento da cidade em tecido contínuo e o preenchimento de lacunas mantidas em áreas avizinhas a urbes consolidadas.

No entanto, o processo de expansão em terras de Brasília, verificado naqueles anos, não foi fruto apenas de ação dirigida pelo governo local. Havia entrado no cenário da expansão, agora em ampla escala, os parcelamentos privados destinados à construção de condomínios, a maioria de classe média, ocupando território agrícola da Capital. Expandidos com grande fôlego a partir do início dos anos 1980, e atingindo seu ápice em meados da década seguinte, configuravam mais uma consequência da crise enfrentada pelas instituições financeiras no financiamento de habitações e, no caso da Capital, decorria de uma específica falta de investimentos em assentamentos para essa classe social.

Pela conjunção desses fatores, o período entre 1983 e 1995 foi de grande crescimento da mancha urbana de Brasília e mesmo daquela traspassando seus limites. A inclusão de novas cidades satélites foi significativa (quatro consolidadas em sequência), sendo expressiva também a expansão de urbes preexistentes. O comando local nas mãos de um só governante entre os anos de 1988 e 1994 possibilitou a atuação de um insuperável fundador de assentamentos urbanos, criados na intenção promoverem farta distribuição de lotes a famílias carentes, visando à formação de um curral eleitoral no âmbito da Capital. Investida bem sucedida, diga-se de passagem.

¹⁰⁹ O Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) foi criado pelo governo federal em 1971.

O rompimento do modelo de urbanização baseado em novas satélites veio com a sucessão desse governo. A partir de 1995, a ocupação de vazios urbanos foi instituída oficialmente como modelagem da vez - concepção celebrada previamente pelos mais recentes planos territoriais (Brasília Revisitada e PDOT) e reforçada em novo tratado para a cidade de 1996. Os espaços ociosos do tecido da cidade foram reconhecidos como territórios preciosos para sustentar as novas frentes de urbanização.

6.1 Planejamento territorial

As propostas do Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT) renderam muitos frutos no período e vários núcleos urbanos idealizados nesse estudo saíram do papel nos anos 1980. Ademais, seus conceitos foram fortalecidos pelos planos sucessores, elaborados na segunda metade daquela década. O Plano de Ocupação Territorial (POT), de 1985, e o Plano de Ocupação e Uso do Solo (POUSO), de 1990¹¹⁰, mantiveram as bases do PEOT e seguiram aos moldes dos estudos de macrozoneamento, não resultando em grandes alterações.

Na sequência, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), aprovado em 1992, foi o primeiro instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão local criado em atendendo às exigências da nova Constituição Federal de 1988. Definiu uma divisão do território em categorias de ocupação e estabeleceu usos e ocupações do solo a serem detalhadas posteriormente em Planos Diretores Locais (PDLs) de cada Região Administrativa.

Também este novo plano endossou a ocupação do quadrante sudoeste do quadrilátero de Brasília. Mas foi ainda mais além. Propôs a interligação dos assentamentos mais antigos pelo preenchimento de vazios mantidos entre o centro e as cidades satélites, consagrando assim a conurbação do tecido central com urbes em todo o território: à nordeste com a cidade de Sobradinho, à leste com o Paranoá, na direção sul com o Gama e a oeste com Taguatinga/Ceilândia. À exceção de duas regiões definidas pelos limites do Parque Nacional e do Jardim Botânico, tidas como áreas de interesse ambiental, e da delimitação de uma área rural nos domínios do Riacho Fundo, o plano estabeleceu a formação de uma só mancha urbana integrando ocupações dentro e fora da Bacia do Paranoá.

¹¹⁰ O POUSO foi definido em 1986, mas somente foi aprovado através do Decreto n. 12.898, de 13 de janeiro de 1990, após algumas atualizações.

O PDOT foi revisado e ampliado em 1996¹¹¹ e desta vez abrangeu várias extensões onde condomínios privados já haviam sido consolidados. A maioria deles foi enquadrada em limites de áreas denominadas “Zona Urbana de Uso Controlado”, o que veio permitir, embora não garantisse plenamente, a regularização fundiária de algumas dessas ocupações.¹¹² Além disso, estabeleceu novas nuances para o macrozoneamento previsto anteriormente, definindo e qualificando áreas urbanas e rurais e delimitando zonas de conservação, proteção ou “monitoramento ambiental prioritário”. Além disso, o plano reconheceu formalmente como centro regional o conjunto de cidades formado por Taguatinga, Ceilândia e Samambaia.¹¹³

Ainda neste íterim, foi aprovado o “Brasília 1957-85, do plano piloto ao Plano Piloto” ou Brasília Revisitada, como ficou conhecido, um estudo para expansão urbana da região do Plano Piloto assinado por Lúcio Costa e elaborado em conjunto com a Secretaria de Viação e Obras de Brasília. Neste momento, quando se conduzia uma política urbana explicitamente voltada para a inclusão do Plano Piloto na lista do Patrimônio Mundial, o então governador de José Aparecido contratou o urbanista para definir áreas de expansão do Plano Piloto, a serem aprovadas no conjunto do processo de tombamento.

O plano Brasília Revisitada propôs a criação de seis novas áreas habitacionais: Setor Habitacional Estrada Parque - SHEP (Área A); Setor Sudoeste - SHCSW (Área B), Setor Noroeste - SHCNW (Área C); Quadras Planalto (Área D) e Setor Habitacional Econômico de Buritis – SHB (Área E), no Lago Sul, e Setor Habitacional de Taquari - SHTQ (Área F), no Lago Norte. Mesmo tendo sofrido críticas, visto que ainda se mantinha a idéia de não adensamento da Bacia do Paranoá, revigorada com a publicação do PLANIDRO, a maior parte das áreas previstas vingou. Logo em 1988, ano seguinte à sua publicação, o Sudoeste - um bairro anexado à Asa Sul do Plano Piloto - saiu do papel. O Taquari – situado no Lago Norte entre as margens da Estrada Parque Paranoá (EPPR) e a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA) - já estando ocupado por parcelamentos privados, com o plano teve reforço para que seu processo de regularização fosse iniciado em meados da década de 1990, e, de “carona”, o Varjão, antigo assentamento surgido na década de 1960, situado nessas

¹¹¹ Aprovado através da Lei complementar n. 17 de 1997.

¹¹² À luz da Lei Federal de parcelamento do solo n. 6766 de 1979 (Ogliari, 2002).

¹¹³ Incorporou instrumentos urbanísticos, jurídicos e fiscais de controle do uso do solo, como a outorga onerosa do direito de construir, o Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo, a edificação compulsória e as operações consorciadas. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em seu escopo, da Política Urbana e Rural, estabeleceu novos instrumentos de ordenamento territorial e desenvolvimento urbano, confirmando os pressupostos do PDOT de 1992 e de 1996.

cercanias, teve também fixação acertada em 1991.¹¹⁴ A expansão da Vila Planalto foi revogada de imediato¹¹⁵ e o Noroeste, ainda hoje sem ter construção iniciada, entrou em vias de implantação vinte anos após a aprovação do plano.

6.2 Políticas pós-BNH e pós-emancipação

A redemocratização brasileira seguia lentamente seu curso. A revogação parcial das medidas de exceção lançadas pelo governo militar havia principiado em 1978, seguindo-se a ela o processo de anistia política e a reforma partidária brasileira. Mas uma Emenda propondo eleições diretas para o governo da República seria rejeitada ainda em abril de 1984 e um último governo, embora civil, seria nomeado por um colégio eleitoral no ano seguinte, encenando o ritual de passagem do regime ditatorial-militar para o liberal-democrático.

Iniciava-se o período que ficou conhecido como Nova República e, em seu contexto, a Constituição Brasileira de 1988, promulgada durante o governo de transição de José Sarney, foi centrada na institucionalização do “Estado Democrático de Direito”. Através dela, foram restabelecidas eleições diretas para presidência da República, Câmara e Senado Federal, prefeituras municipais e para o Distrito Federal, agora emancipado.¹¹⁶

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

§ 2º A eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art. 77 e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração.

§ 3º Aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27.

§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.

A emancipação política de Brasília foi coetânea a uma grave crise nacional. À extinção do BNH em 1986 se somaram serias dificuldades de manutenção da política de ‘substituição de importações’ e deflagrou-se severa inflação que perdurou até o

¹¹⁴ Sua fixação, recomendada por questões sociais, foi publicada no Dec. 13.132 de 1991.

¹¹⁵ Revogada pela decisão n. 111 de 1988.

¹¹⁶ Artigo 32 da Constituição Federal de 1988.

início dos anos 1990. Índices inflacionários jamais vistos levaram à diminuição significativa de recursos e limitaram ainda mais os investimentos públicos, especialmente aqueles direcionados à habitação e infraestrutura. Na ausência de uma orientação de âmbito nacional, a atuação no campo da habitação passou à responsabilidade dos governos locais e as políticas urbanas tiveram que ser bastante adaptadas ao novo contexto. A partir da extinção do Banco, os novos parcelamentos oficiais em Brasília não foram mais acompanhados de unidades habitacionais. Além disso, a orientação da política urbana local passou a ser cercada de nuances em função das marcantes mudanças de governo no período pós-emancipação.

Embora não mais associada aos limites da Bacia do Paranoá, a relação protecionista com a região do Plano Piloto se manteve, passando a vislumbrar, a partir de 1981, sua inclusão na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. O que ocorreu, de fato, em 11 de dezembro de 1987, após a aprovação do documento “Conjunto Representativo do Patrimônio Mundial Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília”, elaborado em 1986 pelo Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília. A declaração de Brasília como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO foi cercada de exigências prévias à homologação da Lei de Preservação definitiva, para ser levada a cabo foi necessário regulamentar uma lei definindo o perímetro exato de preservação do Plano Piloto de Brasília.¹¹⁷

6.3 Governadores de Brasília

Entre 1969 e 1990, os governantes de Brasília foram nomeados pelo poder executivo da União, quando foi realizada a primeira eleição direta prevista na Constituição brasileira de 1988.

Em 1986, esse comando foi assumido por José Aparecido de Oliveira e seu governo foi norteado por especial interesse na inclusão do Plano Piloto na lista do Patrimônio Mundial e um específico tratamento dos assentamentos informais por dois critérios, intrínseco a tal propósito: ocupações mais antigas e distanciadas do Plano Piloto foram fixadas e as demais, erradicadas. A regularização do Paranoá foi um exemplo. A antiga vila surgida nos remanescentes do acampamento operário da represa se encaixou perfeitamente no primeiro grupo: separada do Plano Piloto por 28 km de território já bem preenchido por parcelamentos bordejando o Lago e sede de uma comunidade de cerca de 50.000 habitantes solidamente organizados em torno de

¹¹⁷ A Lei Santiago Dantas, publicada através do Decreto n. 10.829 de 14 de outubro de 1987, inclui no perímetro de tombamento áreas propostas pelo ‘Brasília Revisitada’.

sua fixação.¹¹⁸ No outro extremo, enquadrou-se exemplarmente o assentamento na Super Quadra Norte 110 que foi objeto de remoção: situado em pleno território do Plano Piloto e ocupada por pouco mais de 500 famílias, contadas em 1987.¹¹⁹

Durante este governo não foram aplicados investimentos relevantes em novos assentamentos. A implantação de Samambaia, cidade idealizada no escopo do PEOT em 1978, engatinhou durante seu governo. Apenas uma nova área nasceu sob sua administração: as quadras econômicas da Estrada Parque de Taguatinga (EPTG), previstas no Brasília Revisitada, com obras de infraestrutura iniciadas em 1986. E em Taguatinga promoveu a construção de habitações para populações carentes através de mutirão, seguindo experiência recomendada pela área federal no período pós-BNH. Foram levantadas 500 mil casas no Setor M Norte daquela cidade (hoje denominado Setor Mutirão) com recursos repassados pelo então Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano.

José Aparecido permaneceu no comando até 1988, quando foi estabelecida a emancipação política de Brasília e instituída eleição direta para o governo local. No entanto, antes que o primeiro pleito ocorresse, um último governador foi nomeado, fazendo entrar no cenário político da Capital Joaquim Roriz, trazido pelas mãos do presidente civil de transição, José Sarney.

Ao assumir o governo em 1988, Roriz lançou uma política de distribuição ostensiva de terrenos a famílias carentes. De uma só vez, doou lotes à cerca de 300 mil famílias em Samambaia. Contabilizou votos na proporção exata de suas benesses. Permaneceu no comando até 1994, após se tornar o primeiro governador de Brasília eleito pelo voto direto. Sua política não sustentou apenas sua candidatura às primeiras eleições ao governo. Foi reeleito por mais três mandatos nos anos seguintes.

Na continuidade, lançou o Programa de Assentamento para a População de Baixa Renda que incluiu, na mesma empreitada, ocupantes de “invasões” e de “fundos de lotes” - em sua maioria instalados em Taguatinga, Ceilândia, Paranoá e Guará. Distribuiu terrenos precariamente urbanizados, demarcados em assentamentos novos criados para esse fim e em extensões de áreas existentes. Nesses moldes, consolidou Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria e Riacho Fundo e expandiu significativamente todas as urbes mais antigas. Em 1991, seu governo contabilizava

¹¹⁸ Grupo Pró-Melhorias do Paranoá.

¹¹⁹ Na época foram oferecidas duas alternativas aos moradores: terrenos em Brasílinha ou em Santo Antônio do Descoberto, ambas localidades a cerca de 70 km de Brasília. Sem consenso na negociação, houve violenta ação policial para desocupar o local.

mais de noventa mil novos lotes criados em Brasília, com pouco infraestrutura e sem unidade habitacional.

TABELA 9 - PROGRAMA ASSENTAMENTO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA (1991)

LOCALIDADE	População (1991)	Famílias atendidas	A atender (SHIS)
Brasília	262.264	381	2.252
Gama	142.822	742	12.377
Taguatinga	228.202	1.986	7.237
Brazlândia	32.864	2.273	2.225
Sobradinho	68.227	3.011	5.409
Planaltina	68.292	5.510	1.219
Paranoá	33.545	7.898	2.329
N. Bandeirante	47.680	5.277	751
Ceilândia	357.672	3.416	24.276
Guará	97.374	1.146	6.064
Cruzeiro	51.230	-	-
Samambaia	125.709	28.743	4.486
Santa Maria	-	19.869	-
Vila São Sebastião	-	-	1.791
Recanto das Emas	-	9.983	-
TOTAL	1.515.889	90.202	29.230

FONTE: Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – IDHAB (SALES, 2002, p. 12)

A partir de 1995, o comando de Brasília passou às mãos de Cristovam Buarque, candidato de oposição a Roriz. Assumiu com a promessa de interromper o modelo de urbanização posta em prática por seu antecessor - caracterizado pela distribuição indiscriminada de lotes semiurbanizados e pela expansão urbana baseada na criação de novos assentamentos. A política urbana adotada em seu governo, corroborando as propostas do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), reforçou a modelagem da expansão a partir do adensamento de núcleos existentes e a ocupação de áreas ociosas.

Durante seu governo, objetivo por em prática a política de adensamento urbano, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap)¹²⁰ passou a reaver lotes passados para órgãos da União nos quais estivesse caracterizado o descumprimento da finalidade prevista.¹²¹ Esses terrenos, constituindo reserva extremamente valorizada em plenos domínios do Plano Piloto, representavam suas últimas opções para expansão residencial. Foram retomados 81 terrenos: 40 na Asa Norte, 7 na Asa Sul, 10 no Lago Sul, 8 no Cruzeiro Novo e 16 no Guará.

O governo Cristovam Buarque deu início também a um intensivo levantamento dos parcelamentos criados pelo governo anterior, visando sua regularização fundiária

¹²⁰ Com base na Lei 7.897, que autorizava a União doar ao Distrito Federal suas projeções.

¹²¹ Regulamentada pela Lei n. 8.666, em seu parágrafo 1º artigo 17.

e a promoção de obras de urbanização. Iniciou inúmeros processos por todo território urbano de Brasília, onde havia, de fato, uma grande tarefa acumulada. Além da Vila Paranoá e Vila Varjão - que já haviam sido iniciados em governos anteriores - Candangolândia, Vila Garrincha, São Sebastião, Samambaia, Recanto das Emas, Sobradinho II, Santa Maria e Riacho Fundo tiveram regularização deflagrada.

QUADRO III - GOVERNADORES DO DISTRITO FEDERAL - 1969 A 2007

GOVERNADORES DO DISTRITO FEDERAL - 1969 A 2007		
Nome	início do mandato	fim do mandato
Hélio Prates da Silveira	12 de novembro de 1969	15 de março de 1974
Elmo Serejo Farias	2 de abril de 1974	29 de março de 1979
Aimé Alcebíades Silveira Lamaison	29 de março de 1979	2 de julho de 1982
José Ornellas de Souza Filho	2 de julho de 1982	8 de abril de 1985
Ronaldo Costa Couto	8 de abril de 1985	9 de maio de 1985
José Aparecido de Oliveira	9 de maio de 1985	19 de setembro de 1988
Joaquim Domingos Roriz	19 de setembro de 1988	9 de março de 1990
Wanderley Vallim da Silva	9 de março de 1990	15 de março de 1991
Joaquim Domingos Roriz	15 de março de 1991	1 de janeiro de 1995
Cristovam Buarque	1 de janeiro de 1995	1 de janeiro de 1999
Joaquim Domingos Roriz	1 de janeiro de 1999	1 de janeiro de 2003
Joaquim Domingos Roriz	1 de janeiro de 2003	31 de março de 2006
Maria de Lourdes Abadia	31 de março de 2006	1 de janeiro de 2007
José Roberto Arruda	1 de janeiro de 2007	atualidade

6.4 Expansão urbana

6.4.1 Loteamentos privados

O padrão de moradia em condomínios horizontais tornou-se tendência em todas as grandes e médias cidades brasileiras na década de 1980. Não constitui fenômeno exclusivo da urbanização de Brasília, tampouco foi invenção genuinamente brasileira. Surgiu de base ideológica que atribuiu à nova forma de morar o papel de contraponto ao espaço público violento e *caótico* das cidades. Um modelo socialmente cortejado, permitindo avizinhar-se de seus pares, que, garantindo a possibilidade de personalizar sua moradia, foi utilizado com apelo comercial de grande sucesso entre as classes de poder aquisitivo médio e alto.

No caso de Brasília, os condomínios tiveram como peculiaridade sua instalação em território rural constituído, na maior parte, de terras públicas. Com ação facilitada por uma legislação permissiva e fiscalização pouco eficiente - e sempre mais preocupada com as áreas do Plano Piloto - os parcelamentos privados puderam se instalar em grandes extensões do território. Proliferaram como alternativa para uma demanda habitacional não atendida, ou pelo menos não considerada em suas devidas

proporções, pelas ações do governo local. Até então, muito pouco havia sido criado com o fim explícito de consolidar bairros de classe média. Nos últimos anos, apenas as Quadras Econômicas Lúcio Costa e a Área Octogonal Sul se enquadravam nesse grupo. À exceção do Plano Piloto, que incluindo Lagos e Park Way constituiu os bairros mais nobres da cidade, todos os outros assentamentos haviam sido concebidos, seja total ou parcialmente, para receber erradicados de “invasões”.

A ocupação por condomínios, embora mais velada, ocorria desde meados da década de 1970, quando já ocorria nutrida por obras de infraestrutura realizadas em áreas agrícolas do quadrilátero de Brasília. Em tempos mais recentes, o território encontrava-se ainda mais preparado para receber funções urbanas, contando agora com mais investimentos resultantes de programas de assentamento rural e de desenvolvimento da região geoeconômica. O papel adjuvante das redes de eletrificação e estradas foi, decerto, indispensável à promoção dessa ocupação.

Dentre os primeiros registros, o condomínio batizado de Quintas da Alvorada ocupou, desde 1975, parte da região do Jardim Botânico de Brasília, uma das áreas onde mais proliferaram condomínios na década seguinte. Em apenas dez anos, Brasília já somava 150 parcelamentos privados. Dentre as regiões que mais ofereceram atrativos estiveram as redondezas de São Sebastião, Paranoá, Sobradinho e Planaltina¹²². Em 1995, levantamento oficial contou 529 condomínios, dos quais 212 estavam instalados em áreas públicas. E desse total, menos da metade apresentava condições de alcançar regularização mediante a legislação vigente.¹²³

A problemática fundiária dessas ocupações foi sempre complexa e se perpetua sem solução abrangente até os dias atuais. Além dos ajustes legais necessários para regularizar a posse, toda a urbanização surgida nesses moldes ocorreu sem obras de urbanização, especialmente no tocante ao saneamento. Estabelecendo-se exigências de regulamentação fundiária para o fornecimento de infraestrutura urbana pública, criou-se um impasse de difícil solução.

6.4.2 Expansão conduzida

Samambaia deu seus primeiros passos muito antes de 1989, data oficial de sua fundação. A implantação das primeiras quadras ocorreu em 1981, iniciada pelas obras de redes de água. Passou por nova fase de projeto em 1984, quando foram

¹²² Dentre os 25 que compõem atualmente a região, ficaram mais conhecidos o Bairro Mestre D’armas, Estância Mestre D’armas, Estância Planaltina, Mestre D’armas VI, Setor de Mansões Itiquira, Vila Nova Esperança e Condomínio Arapoangas.

¹²³ Jornal Correio Braziliense - Caderno Especial Condomínios de 09 de novembro de 2008.

definidos os Setores de Mansões e de Assentamento e um conjunto de quadras habitacionais. Nos primeiros anos, ainda recebeu casas para famílias de baixa renda, construídas pela SHIS. Foram cerca de 3.000 unidades financiadas pelo BNH, a maioria delas destinada a servidores públicos. Samambaia cresceu em passos lentos até 1988, quando foi reinventada pelo Programa de Assentamento para a População de Baixa Renda lançado no governo Roriz. Tornou-se modelar com relação à implantação de novas técnicas de saneamento sugeridas nos programas nacionais daquela década.

Riacho Fundo foi criado em seguida. Foi situado nas terras da antiga Granja Modelo 4 ¹²⁴, às margens da Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB), nas proximidades do Setor de Mansões Park Way. Os primeiros registros de obras de infraestrutura na região foram de 1983. Mas sua implantação foi incrementada nos anos seguintes para que pudesse receber moradores da antiga Vila Telebrasília. ¹²⁵ Este assentamento, localizado na mais fina flor das terras da Capital - dentro mesmo dos limites do Plano Piloto, entre as margens do Lago Paranoá e a Avenida das Nações - foi um verdadeiro sobrevivente da política de remoção de “invasões”. Em 1991, ainda com situação fundiária indefinida, contava pouco mais de mil famílias morando no local. Naquele ano, foi publicada lei da Câmara Legislativa fixando o acampamento, mas sua promulgação foi negada pelo então governador Joaquim Roriz.

Em 1993, ainda no mesmo governo, parte de sua população foi transferida para o Riacho Fundo, para cerca de 500 lotes. Mas a vila se manteve, reabastecida com novas famílias. A situação fundiária permaneceu incerta, objeto de ações civis movidas pelo Ministério Público do Distrito Federal contendo alegações de cunho ambiental e reforçadas por pareceres do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), todos contrários a sua fixação. Em 2004, quando, por fim, foi regularizado, o assentamento abrigava apenas 350 famílias, vivendo ainda em condições precárias.

O Riacho Fundo cresceu bem além das primeiras quadras aproximadas ao Núcleo Bandeirante. Nos anos seguintes, ganhou um novo núcleo ladeando internamente a Estrada Parque do Contorno (EPCT). Seu crescimento para além desses limites foi contido pela manutenção de funções rurais na região, onde a

¹²⁴ Uma das quatro granjas modelo criadas no contexto inaugural de Brasília. Atualmente é sede do Instituto de Saúde Mental.

¹²⁵ Núcleo surgido nos remanescentes do alojamento operário da Construtora Camargo Corrêa, implantado em 1956, vendido ao Departamento Telefônico Urbano e Interurbano da Novacap, mais tarde denominado Companhia Telefônica de Brasília (COTELB) e, por fim, Telebrasília.

existência da Granja do Ipê (antiga Granja Modelo n. 2), da Fazenda Sucupira - unidade de pesquisa da Embrapa - e dos Conglomerados Agrourbanos de Brasília (CAUB I e II) foram estratégicos para coibir a urbanização nessa área.

Santa Maria e Recanto das Emas foram criadas mais tarde. A primeira surgiu como elaboração genuína do Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda. Recebeu inicialmente transferidos de “invasões” removidas do Gama e de vários outros recantos de Brasília. Sua implantação foi imaginada como uma expansão do Gama, no entanto, sua locação próxima à BR 040 fez seu crescimento tender mais para o sentido sul, unindo-a à municípios limítrofes à Brasília. Conurbou-se com o Novo Gama e, a partir dele, com a cidade goiana de Valparaíso de Goiás.

Por fim, Recanto das Emas, assim como Samambaia e Riacho Fundo, foi prevista pelo PEOT, mas não teve nenhuma obra iniciada antes do governo Roriz. Foi posicionada entre dois importantes eixos rodoviários de Brasília, a BR 060 - estrada de Anápolis/Goiânia - e a EPCT, ajudando a expandir a ocupação no quadrante sudoeste de Brasília.

Além dessas cidades, foi iniciado também o Setor Sudoeste, em 1988, estreando a implantação das áreas programadas no Brasília Revisitada, e de Águas Claras, bairro previsto pelo PEOT para compor zona específica para centros de pesquisa e universidades entre Taguatinga e Guará.¹²⁶ O Sudoeste - um apêndice da Asa Sul, margeada pelo Parque da Cidade e pelo Eixo Monumental - foi criado com urbanística inspirada nas Superquadras do Plano Piloto e que, privilegiado pela localização, incorporou um dos mais altos valores imobiliários da Capital. Águas Claras, cujos primeiros registros de obras são de 1995, não ocorreu exatamente com as funções idealizadas pelo PEOT. Ainda em consolidação, tornou-se bairro predominantemente residencial de bastante sucesso em empreendimentos para classe média.

6.4.3 Assentamentos populares

O crescimento urbano, já bastante intensificado pela urbanização promovida pelo governo local e pelos loteamentos privados, foi também significativo resultante da expansão de assentamentos populares mais antigos. O primeiro com crescimento destacado foi o Varjão, no Lago Norte. Apesar das recorrentes ameaças de remoção na década de 1970, a Vila recebeu, nos anos 1986 e 1987, transferidos do

¹²⁶ À época do início das obras a área era ocupada por uma população de cerca de 8.000 habitantes, dos quais apenas uma pequena parcela ocupava terrenos regulares em área denominada “Setor de Mansões”.

assentamento conhecido como “boca de sapo”, localizado aos fundos do Setor de Mansões do Lago Norte, na região da QL 1. Registros de obras de infraestrutura são datados somente dos anos 1990, entretanto foram restritas às redes de energia elétrica.

O segundo que se expandiu significativamente foi a Vila Estrutural que, no final dos anos oitenta, foi inserida no Setor Complementar Indústria e Abastecimento (SCIA), hoje pertencente à Região Administrativa do Guará. Sua remoção foi cogitada muitas vezes e as justificativas consistentes: proximidade do aterro sanitário, do Parque Nacional de Brasília e de local de passagem de um gasoduto da Petrobrás. Mas não sucumbiu. Cresceu espetacularmente nos anos noventa, especialmente nos períodos governados por Joaquim Roriz.¹²⁷ Entre 1991 e 1994, a população da Estrutural aumentou de noventa para mais de setecentas famílias.¹²⁸ Os primeiros registros de implantação de infraestrutura no assentamento são do final dos anos noventa. Em 1999, a CEB iniciou o fornecimento de energia e, em 2004, a Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb) principiou o abastecimento de água. Asfalto, drenagem e meios-fios chegaram somente em 2008, com recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

6.5 Obras de urbanização

6.5.1 Sistema viário

As obras em eixos interestaduais ganharam fôlego após o evento reunindo governadores dos estados vizinhos, ocorrido em 1983. A partir de 1986, a região periférica ao quadrilátero, que ficou conhecida como Entorno de Brasília, passou a receber apoio do Departamento de Estradas de Rodagem DER-DF, amparada por convênios entre os governos de Brasília e Goiás. Os primeiros frutos dessa parceria resultaram em trabalhos na rodovia Brasília - São Bernardo (em parte consolidada sobre o antigo traçado da “Estrada Colonial”) e na rodovia de Formosa em percurso entre o município de Bezerra e o rio Urucuia.

¹²⁷ Sua população esteve sujeita a manipulação política de toda espécie. Ainda deputado distrital, o ex-senador Luiz Estevão aliou-se a José Edmar (ex-líder comunitário local e na Câmara Legislativa desde 1990) para organizar a Associação Pró-Criação da Vila Operária do Baixo Estrutural. Durante os anos 1990, a vila foi manipulada, intencionalmente, de modo a constituir um problema político para o governo de Cristovam Buarque.

¹²⁸ Em maio de 1999, a Estrutural possuía 3.966 moradias, em 2000, totalizava 5.000 unidades. Em 2004, abrigava cerca de 30.000 habitantes em cerca de 7.000 moradias (DISTRITO FEDERAL, 2004, pp. 102/103).

Ocorreu também uma intensificação de obras em áreas rurais, fomentadas pelos planos de assentamento dirigido, orientadas especialmente para os Núcleos Rurais de Tabatinga, Pipiripau e Rio Preto. As intervenções se concentraram em trajetos antigos traspassando, como aqueles ligando Planaltina e Cristalina e entre Formosa e Unaí (MG). Além destas, foram melhoradas estradas para Palmital (MG) e vários outros traçados na região de Sobradinho, Brazlândia, Jardim, Barra Alta e, ao norte, nas regiões de Piancó e Sonhem de Baixo.

O retorno do interesse pelo sistema viário urbano foi manifestado somente a partir de 1988, voltado, especialmente, para operações de manutenção de estradas-parque internas à EPCT¹²⁹ e para a implantação de novos assentamentos. A partir de 1987, foram feitos trabalhos de arruamento em Samambaia, Vila Planalto, Santa Maria, Gama, Brazlândia (Vila São José), Sobradinho e Ceilândia e, anunciando o novo bairro previsto no Brasília Revisitada, foi lançada naquele ano a 1^A avenida do Setor Sudoeste.

Assim se seguiu também nos anos de 1989 e 1990. Prioridade absoluta às vias urbanas na implantação dos novos núcleos integrados ao Programa de Assentamento de População de Baixa Renda e na expansão dos parcelamentos dos Lagos Sul e Norte, do Setor de Mansões Park Way e do Sudoeste onde já despontavam as primeiras quadras QRSW 01 e 02. A partir de 1993, as obras de urbanização da Agrovila São Sebastião e de Sobradinho II anunciavam a consolidação de áreas ocupadas por condomínios privados. Na sequência, intervenções na Estrada Parque Tamanduá (EPTM), eixo margeando a Vila Paranoá e nunca antes citado em obras de manutenção rodoviária, pareciam profetizar o surgimento de mais um assentamento popular naquelas cercanias. O Itapuã surgiria naqueles anos, bem no cruzamento entre a EPTM e a EPCT.

6.5.2 Urbanização e eletrificação

Em 1988, ocorreu um marco histórico de investimentos em urbanização na Ceilândia, superando, muito provavelmente pela primeira e única vez, aqueles aplicados ao conjunto associado ao Plano Piloto. Foi período de significativo crescimento dessa cidade, somente entre 1985 e 1992, foram criados cinco novos setores (Setor "O", em 1985, e, nos anos seguintes, Setores "N", "P", "Q" e "R", este último em 1992).

¹²⁹ As DF 005 - EPPR, 047 - EPAR – TRECHO BALAO DO AEROPORTO À DF 003 EPIA, a VIA DE ligação Guara II/ Núcleo Bandeirante, a DF 003 via de acesso área próxima ao

TABELA 10 - OBRAS E SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO EXECUTADOS EM 1988

LOCAL	TERRAPLENAGEM		PAVIMENTAÇÃO
	Quantidade – m3	Valor Cz\$	Valor Cz\$
Plano Piloto	179 725,788	57 631 586,44	106 645,44
Ceilândia	252 171,937	54 285 002,00	192 492,06
Candangolândia	416,67	2 541 412,00	---
Brazlândia	318,237	63 333,00	850

Fonte: Relatório de atividades da Novacap (1988)

Em 1989, foi a vez de Samambaia liderar o destino de obras de abastecimento e urbanização, recebendo o maior volume de recursos naquele ano. Seguiram-se empreitadas significativas nas antigas Vila Paranoá, Taguatinga, Brazlândia e Planaltina, além das jovens Riacho Fundo e Santa Maria. No entanto, a partir de 1991, os investimentos nas áreas de Brasília voltaram ao topo dos gastos em urbanização.

TABELA 11 - OBRAS E SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO EXECUTADOS – 1991

Região Administrativa	Terraplanagem / Aterro / Encascalhamento / Limpeza		Pavimentação asfáltica
	Físico m3	Financeiro	Físico m3
Brasília	9.939.740,312	401.799.552,93	1.419.279,93
Gama	231.833,51	208.557.961,33	0
Taguatinga	208.750,57	20.882.577,70	18.504,21
Brazlândia	7.883,91	7.144.607,11	25.199,26
Sobradinho	26.643,02	31.336.489,57	24.891,43

Fonte: Relatório de atividades da Novacap (1991)

Nos anos seguintes, o direcionamento dos investimentos variou em função da locação de parcelamentos para atender ao Programa de Assentamento de População de Baixa Renda. Somente entre 1992 e 1994 foram expandidos o Cruzeiro, Paranoá, Samambaia e Ceilândia e foram criadas as áreas do Itamaracá, Vila Areal, Sobradinho III, Vila Buritis III, Vila Roriz, Riacho Fundo e Santa Maria (considerada à época como extensão do Gama), sendo nesta cidade o último registro de gastos que se sobrelevaram aos investimentos na área do Plano Piloto.

entroncamento com EPGU, via de ligação Taguatinga e Samambaia via LJ-1 Norte e 1^A Avenida Norte foram todas objeto de intervenção de manutenção ou de consolidação.

TABELA 12 - OBRAS E SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO EXECUTADOS – 1993

R. A.	Localidade	Total de gastos em R\$
I	Brasília	816 653 268,00
II	Gama	968 400 515,00
III	Taguatinga	100 145 102,00
IV	Brazlândia	23 218 702,00
V	Sobradinho	84 913 754,00
VI	Planaltina	33 143 314,05
VII	Paranoá	148 715 620,00
VIII	Núcleo Bandeirante	86 253 705,00
IX	Ceilândia	335 345 503,00
X	Guará	31 624 638,00
XI	Cruzeiro	142 893 850,00

Fonte: Relatório Novacap 1993

Em 1995, à exceção do Cruzeiro e das já principiadas obras da rede de distribuição elétrica do bairro Águas Claras, a Companhia de Energética de Brasília (CEB) concentrou atividades nas cidades satélites e em regiões agrícolas. Houve significativa ampliação de redes de distribuição e intensa “varredura de ligações clandestinas” nas áreas da Ceilândia, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Paranoá, São Sebastião, Recanto das Emas, Santa Maria, Guará, Brazlândia, Taguatinga e Candangolândia.

As obras foram também em grande escala em eletrificação rural. Com obras mantidas pelo Programa Alumiar II¹³⁰ foram atendidas áreas de Taguatinga, Brazlândia, Planaltina e Sobradinho, nesta última para servir escolas do Sítio de Araucárias, Córrego do Meio, Pedra Fundamental e Estância Pípiripau. As redes de eletrificação alcançaram ainda as regiões agrícolas do Córrego do Arrozal, Taquara, Boa Esperança, Sarandi, Cava de Baixo, Cava de Cima, Rio Preto, Altiplano Leste, Morro da Cruz, Boa Vista, São Sebastião, Vila São José e Ponte Alta do Norte.

6.5.3 Saneamento

Até fins da década de oitenta mantiveram-se as políticas priorizando o saneamento básico e o aparelhamento em serviços regulares de abastecimento de água, sustentadas pelo Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). No entanto, desde a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1986, anunciava-se também o fim do programa, o que ocorreria quatro anos mais tarde. O Banco era não somente um administrador ou fiscal das ações do PLANASA, mas seu sustentáculo financeiro. Dificuldades nos orçamentos das empresas gestoras e o aumento do número de domicílios não atendidos pelos serviços, fruto de uma ampliação das áreas

urbanas sem precedentes durante aqueles anos, forçariam algumas mudanças nos anos seguintes.

De modo geral, os maiores déficits nacionais eram computados em periferias urbanas, onde as cidades brasileiras de maior porte haviam acumulado toda sorte de deficiências. Com foco nessas áreas, foi formulado então o Programa de Abastecimento de Água e Saneamento para População de Baixa Renda da Zona Urbana (PROSANEAR), para fomentar ações em áreas sem estruturas sanitárias adequadas. Em função das limitações financeiras e técnicas, selecionou o sistema condominial como modelo técnico de coleta e tratamento de esgotos. Por fim, em 1988, mais um plano de âmbito federal, o Programa de Ação Social em Saneamento (PROSEGE) deu prosseguimento às ações voltadas para o saneamento básico, com prioridade para as populações de baixa renda.

Esta orientação de nível nacional foi bastante perceptível na condução das obras de urbanização de Brasília. O sistema condominial, tecnologia de menor custo e uma solução técnica mais adaptável à áreas ocupadas que a convencional, tornou-se modelo amplamente utilizado em suas cidades. Samambaia e Riacho Fundo foram modelares na implantação desse sistema.¹³¹ Além disso, nos anos em análise, a Caesb direcionou suas atividades quase exclusivamente para as cidades-satélites. Dentre os assentamentos mais antigos, Candangolândia, Vila Metropolitana, Taguatinga, Ceilândia, Vila Paranoá, Brazlândia e Planaltina foram as mais beneficiadas.

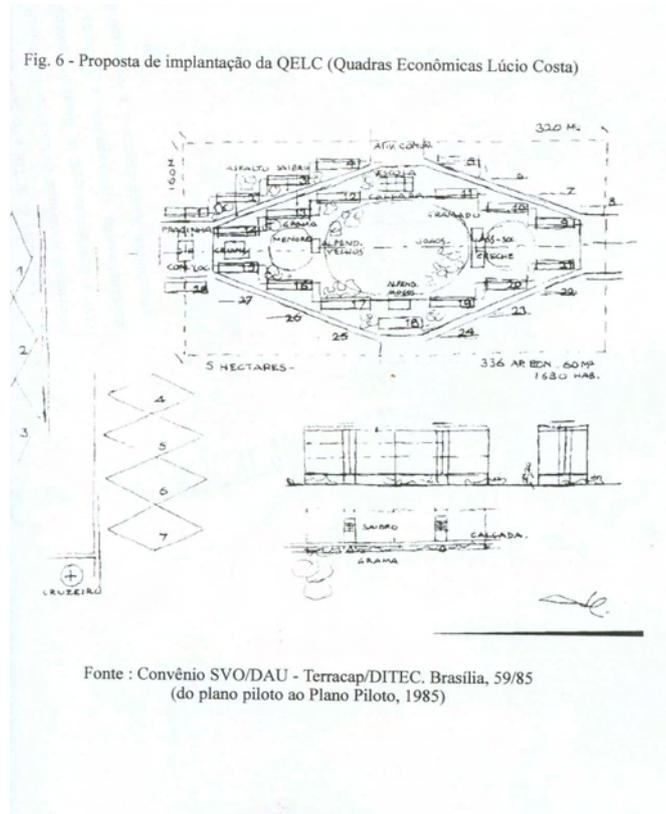
Houve também ampliação significativa das redes de saneamento em Brasília. Candangolândia e as Vilas Metropolitana, Planalto e Paranoá entraram para a listagem das localidades servidas. Também foram acertadas pendências em Riacho Fundo, Sobradinho II, Samambaia e nas Vilas Areal, São José, Wesliam Roriz e Garrancho. Com base nessas ações, foi possível anunciar excelentes níveis de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários em todos os núcleos regularmente implantados do aglomerado. Mas não se pode mesmo julgar um livro pela capa. A abrangência dos serviços a que a empresa se referia alcançava apenas

¹³⁰ Programa de eletrificação rural a cargo da Companhia de Energética do Distrito Federal.

¹³¹ Trata-se de um sistema de esgoto ligando um grupo de domicílios aos moldes de um edifício horizontal. A implantação desses sistemas não-convencionais envolve a participação comunitária em todas as fases, desde a elaboração do sistema - pois, nesse caso, as redes de esgoto passam próximas ou até mesmo nos limites dos terrenos - na operação e na manutenção. Depois da escolha da opção tecnológica pelos moradores, cada domicílio assina um termo de adesão, comprometendo-se a pagar pelo serviço e a manter o sistema em funcionamento. Segundo a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), a tubulação é menos profunda e a instalação mais rápida. O consumidor também se beneficia porque paga taxas menores.

os núcleos urbanos regulares, o que significava dizer que os loteamentos privados e outras ocupações informais não haviam entrado nesta contabilidade.

Fig. 6 - Proposta de implantação da QELC (Quadras Econômicas Lúcio Costa)



Fonte : Convênio SVO/DAU - Terracap/DITEC. Brasília, 59/85
(do plano piloto ao Plano Piloto, 1985)

FIG. 28 – Proposta para Quadras Econômicas 1985



FIG. 29 – Brasília Revisitada 1987

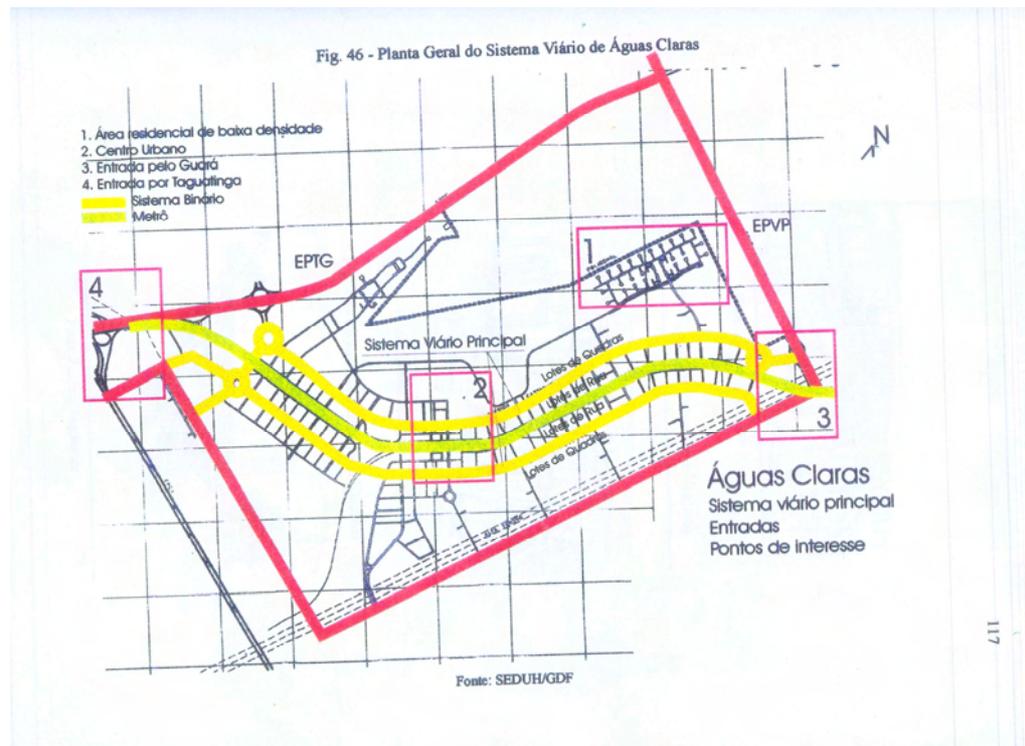


FIG. 30 – Implantação de Águas Claras



FIG. 31 – Setor Sudoeste década de 1990

Imagem Aérea do Setor Habitacional Individual Sul - Lago Sul, 1990 - Acervo DEPHA



FIG. 32 – Lago Sul 1990

Vila Planalto, 1990.
Duda Bentes - Acervo DEPHA / SC / GDF



FIG. 33 – Vila Planalto 1990

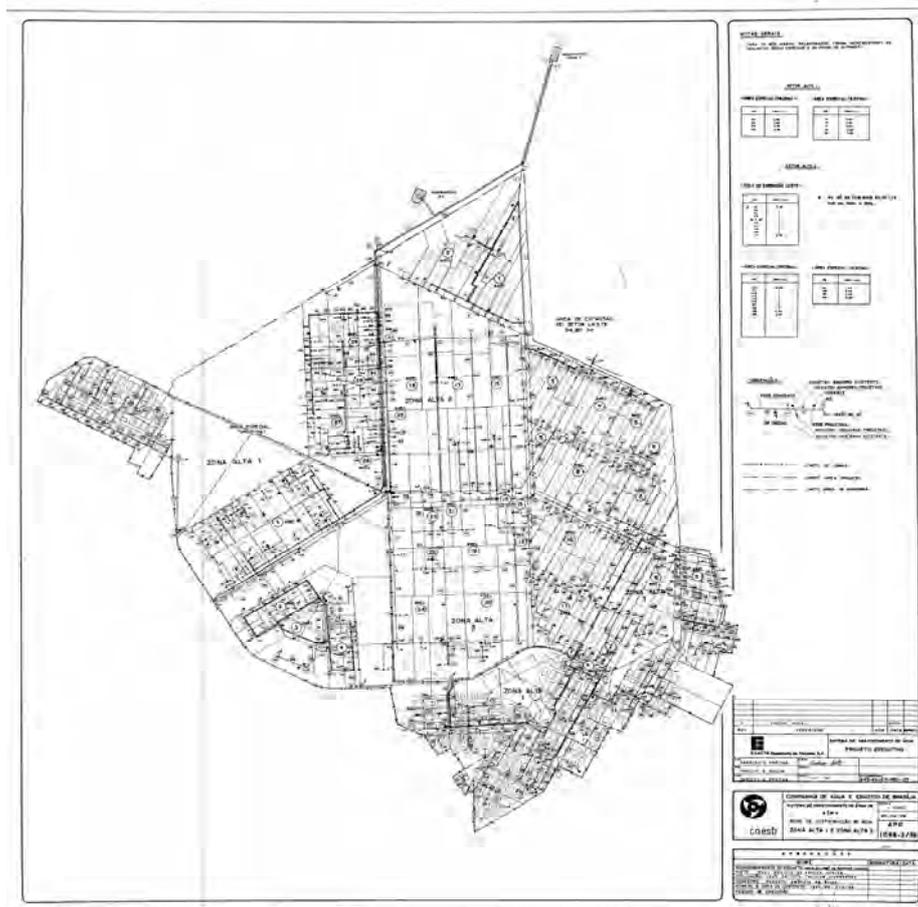


FIG. 34 - Redes de abastecimento de Água – Gama - 1991

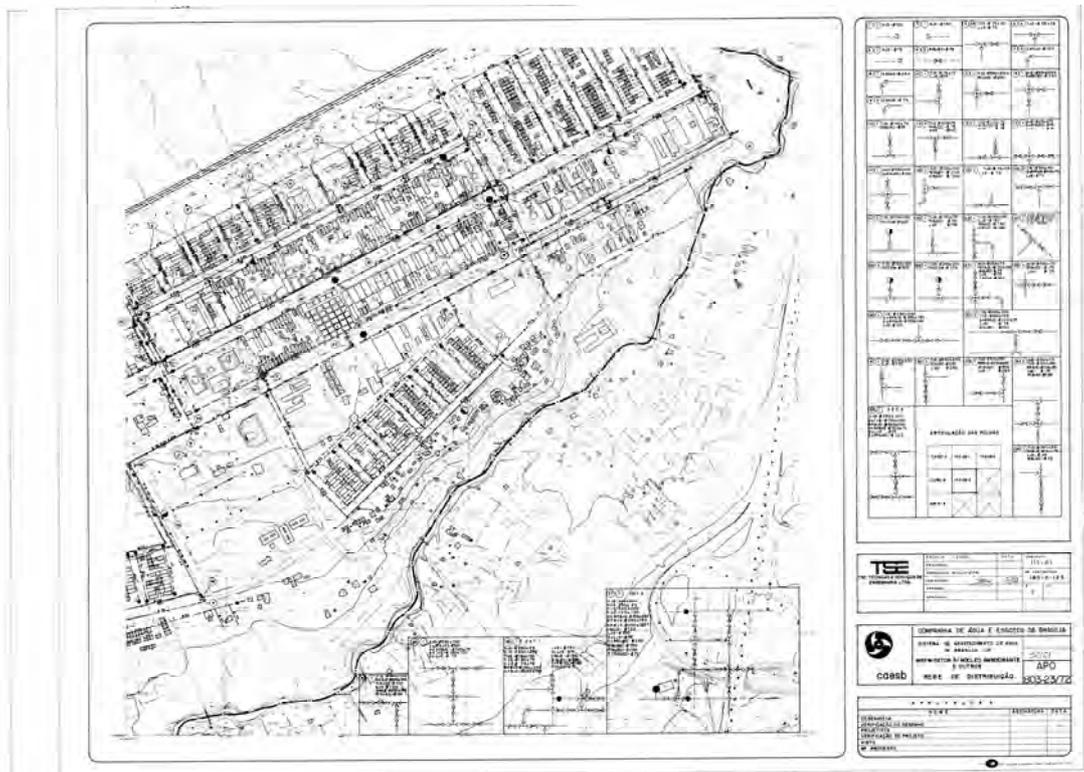


FIG. 35 - Redes de abastecimento água – Núcleo Bandeirante - 1983

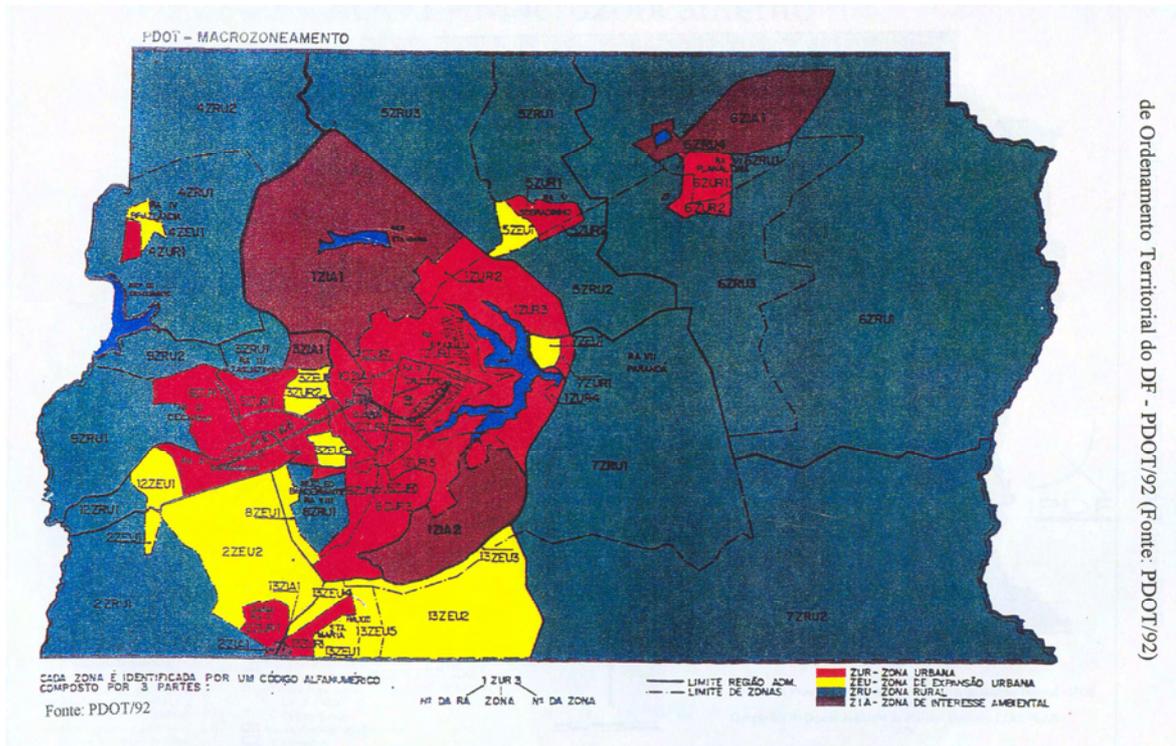


FIG. 36 - PDOT 1992

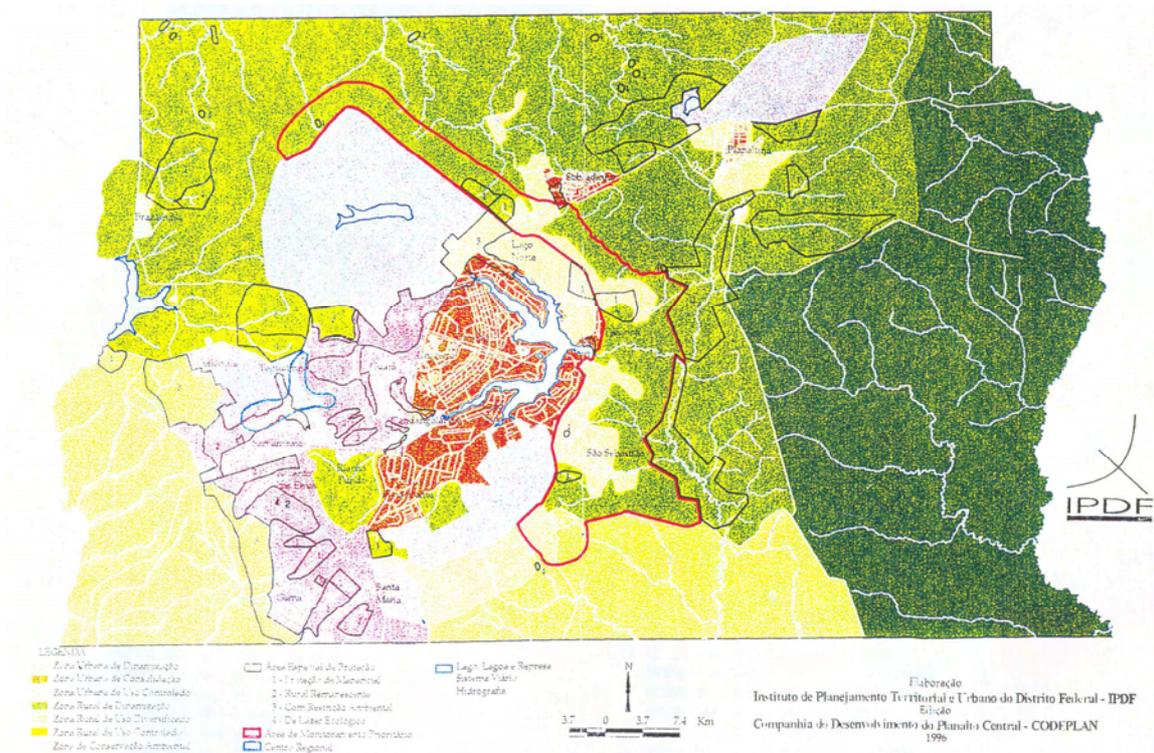


FIG. 37 - PDOT 1996

MANCHA URBANA 1995

Brasília iniciou a década de oitenta com mais de um milhão de habitantes. No decênio seguinte, comportava um milhão e seiscentas mil pessoas em suas terras. O avanço da ocupação urbana foi compatível com esse crescimento. A expansão do aglomerado, particularmente expressiva entre 1983 e 1995, resultava da inserção de uma série de novos assentamentos, fruto da urbanização conduzida, e de uma expressiva ocupação espontânea que se posicionou, preferencialmente, em áreas rurais de Brasília, resultando em grande ampliação das fronteiras da mancha urbana.

Neste período, a maioria da população da Capital já se aglomerava em dois polos: o central e o demográfico. O primeiro, constituído em torno do centro do emprego e dos serviços públicos de Brasília - composto pelo Plano Piloto, Lagos e Park Way, incluindo ainda o Guará, Cruzeiro, Núcleo Bandeirante, Vila Planalto e alguns outros assentamentos menores - e com tecido mais bem infraestruturado, manteve-se como a região mais valorizada e, conseqüentemente, local de moradia das classes de maior poder aquisitivo.

O segundo (sede popular da metrópole e domicílio de classes de renda relativamente menor) foi constituído originalmente por Taguatinga e reforçado com a inserção da Ceilândia - na década de 1970 - e de Samambaia - no início dos anos oitenta. Este, o núcleo demográfico do território e sub-centro de Brasília, no período em análise, foi objeto de projetos de expansão e adensamento, associados ao propósito de se criar em torno dele um sistema de transporte de massa integrado ao Plano Piloto.

O polo central e o demográfico ainda não tinham seus tecidos integrados em meados dos anos oitenta e foi a partir desse período que essa interligação foi intensificada. O adensamento do corredor Taguatinga - Plano Piloto foi recomendação explícita dos planos oficiais de expansão. Ademais, tornar a cidade mais coesa surgiu como lema de todos os planos de expansão que se fizeram sentir durante aqueles anos, inclusive o Brasília Revisitada, assinado pelo urbanista Lúcio Costa.

A modelagem de expansão em tecido contínuo, exemplar na implantação das Quadras Econômicas Lúcio Costa, Riacho Fundo, Santa Maria, Setor DVO, Recanto das Emas, Sudoeste, Taquari e Águas Claras, compactou de modo relevante o centro urbano e deu passos importantes para uma conurbação no quadrante sudoeste. O relativo preenchimento de espaços mantidos entre cidades-satélites e o Plano Piloto

alterou significativamente a configuração da ocupação urbana da Capital naquela década.

Em 1995, Taguatinga e Ceilândia interligavam-se à Samambaia e Riacho Fundo que constituíam extensa ocupação às margens da estrada de Anápolis (BR 060) em trecho balizado pela EPCT e DF 180. Também a extensão entre este grupo de cidades e o centro urbano já se apresentava bastante preenchida com o avanço dos bairros previstos em torno do eixo da EPTG. Mais ao sul, e ainda bem ilhadas com relação ao núcleo central e as demais satélites, a área do Gama, acrescida da expansão de Santa Maria e do Setor DVO, integrava-se às cidades do Entorno. Planaltina, Brazlândia e Sobradinho permaneciam desligadas do centro mais coeso. Mesmo assim, suas sedes tiveram extensão quase duplicada, seja pela anexação de parcelamentos oficiais ou privados, para o quê tais cidades foram grande atrativo.

Entre o início dos anos oitenta e meados da década de noventa, os loteamentos privados foram responsáveis por uma expansão urbana de extensão compatível com aquela promovida pelo governo local. Nas redondezas do Paranoá, em especial pelo trajeto da DF 250 entre o Paranoá e Rajadinha, na margem externa da EPCT, cerca de onze condomínios se alinhavaram compondo a região conhecida como Itapuã. Seguindo os contornos da reserva do Parque Nacional, entre a EPCT e Sobradinho, o Núcleo Rural Lago Oeste, inicialmente loteado em chácaras, principiou seu adensamento compondo também um bairro de grandes extensões. Deram origem ainda a outros parcelamentos bordejando as rodovias DF 170 e DF 220 em território a norte do quadrilátero, também nas proximidades do Parque Nacional.

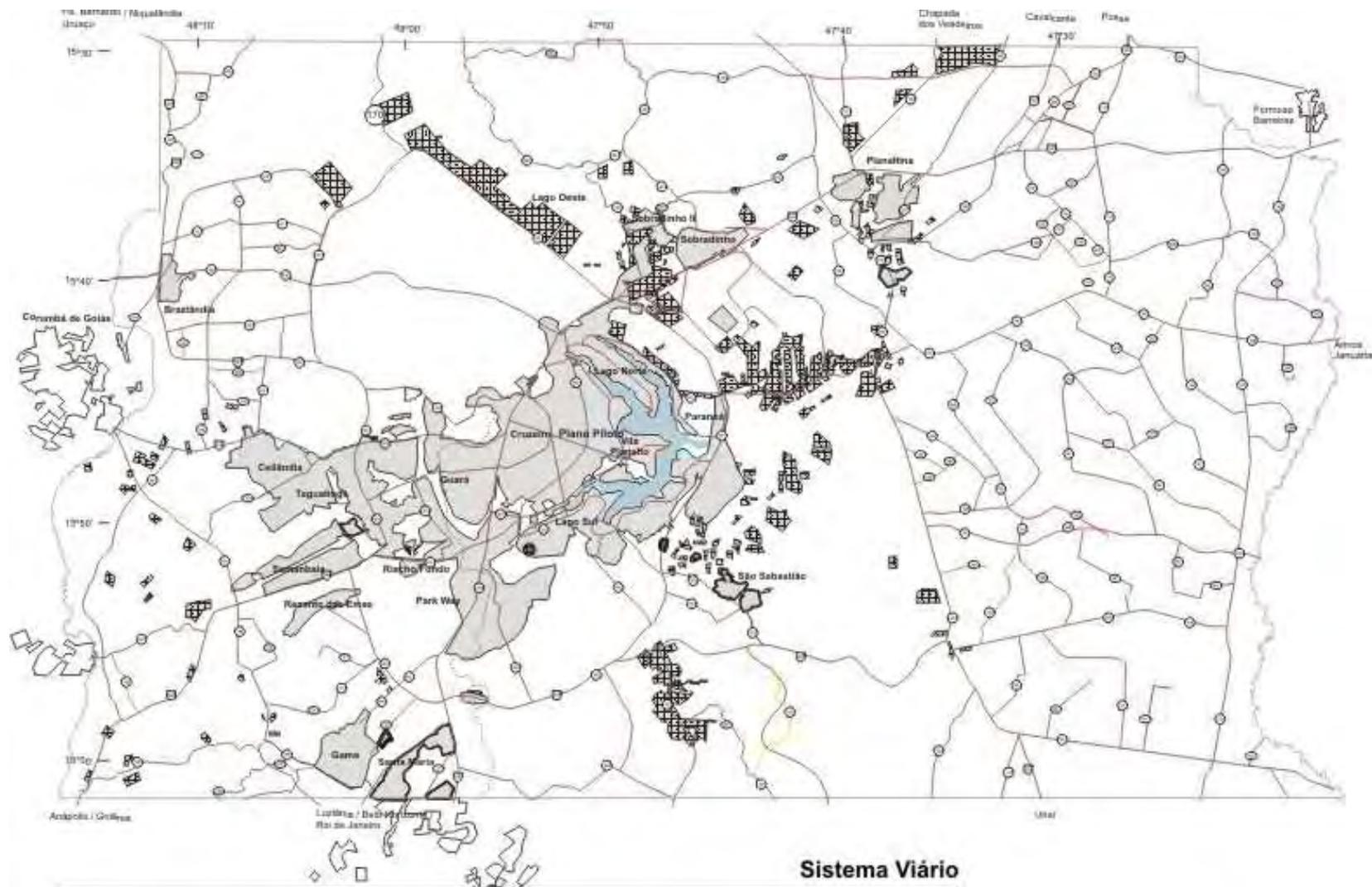
Outro eixo extremamente dinâmico para os parcelamentos privados foi a BR 020, ligação do Plano Piloto com Sobradinho e Planaltina. O primeiro trecho, entre o Colorado e o acesso à primeira cidade, foi ocupado por condomínios de classe média, e o segundo, mais próximo a Planaltina, domicílio de população de renda menor. Também nas redondezas de Planaltina, seguindo em direção ao limite norte do quadrilátero, loteamentos surgidos nas proximidades do cruzamento da DF 128 com o antigo eixo da DF 205 começaram a se integrar a cidades goianas de Planaltina e Brasilinha.

Difundiram-se também nas regiões de Buriti e Engenho das Lajes, entre as cidades de Samambaia e Recanto das Emas e os limites do rio Descoberto, por todo o território circunscrito entre as estradas DF 250, EPCT, DF 130 e BR 251, posicionadas a leste do quadrilátero na região de São Sebastião, e, mais ao sul, às margens da DF 140, estrada de ligação com Luziânia. Além destas, uma ocupação de grande

extensão formada por loteamentos privados se desenvolveu também na região mais central de Brasília, surgidas a partir das Colônias Agrícolas Vicente Pires, nas margens da EPTG, entre Taguatinga e Plano Piloto.¹³²

Por fim, manteve-se a expansão da região do Entorno, também muito estimulada e registrando taxas de crescimento ainda maiores que Brasília. Aos onze municípios da década de 1970 - Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras, Cristalina, Formosa, Luziânia, Pirenópolis, Planaltina de Goiás (Brasilinha), Unaí, Padre Bernardo e Corumbá de Goiás - somaram-se no período as novas localidades de Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás e Santo Antonio do Descoberto e Águas Lindas. Pelas bordas da BR 040, eixo de ligação com o Sudeste, surgiram ainda a Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama (DISTRITO FEDERAL, 2004, pp. 108 –111).

¹³² Em 2004, foram contados 370 parcelamentos ocupados por 60 mil moradores nesta localidade (DISTRITO FEDERAL, 2004, p. 103).



Sistema Viário

- CAMINHOS/ESTRADAS PREEXISTENTES
- ESTRADAS ABERTAS EM 1970 - 1980
- ESTRADAS ABERTAS EM 1980 - 1991
- ESTRADAS ABERTAS EM 1992 - 1994
- FERROVIA
- LOTEAMENTOS CLANDESTINOS
Localização aproximada dos Loteamentos irregulares - 1995. (Fonte: GETPI - IPDF, julho 1995)
- MANCHA URBANA
- RODOVIAS
 - Federal
 - Distrital
 - Vicinal



Mapa Síntese
1995

7

METRÓPOLE NACIONAL (1993 aos dias atuais)

Após Riacho Fundo II, não foram criadas novas cidades em território desabitado da Capital, o que não representou o fim do crescimento da aglomeração. Sua implantação, em 1993, em terreno entre a matriz, Riacho Fundo I, e as cidades de Recanto das Emas e Samambaia, embora não tenha configurado um núcleo urbano isolado, ainda ocorreu sensivelmente modelado pelo conceito de cidade-satélite trazido dos velhos tempos da urbanística brasiliense. A partir de 1995, com a entrada em vigor da política de ocupação de vazios urbanos, houve significativa mudança nos moldes de expansão. Essa conduta, endossada pelos planos territoriais seguintes, fez com que a cidade, ao menos a surgida por meio de obras oficiais, passasse a crescer ainda mais significativamente por dentro de limites físicos preestabelecidos. Uma tentativa de conter a ocupação ainda maior de área rural e de otimizar o uso da infraestrutura existente.

Mesmo com a mudança de governo em 1999, manteve-se a conduta de ocupação de interstícios e, em procedimento análogo, a expansão de áreas conurbadas em cidades-satélites. Foram feitas expansões no Guará, Ceilândia e Samambaia e intensificaram-se também as melhorias de setores ocupados por condomínios e loteamentos privados. Assim, a partir de 2000, foram levados a cabo vários projetos urbanísticos, dentre eles: Setor Habitacional Boa Vista, Setor Habitacional Jardim Botânico e Setor Habitacional São Bartolomeu.

No entanto, as pendências em obras de urbanização eram antigas e em volume considerável. Na virada do milênio, muitos assentamentos de Brasília, ainda que oficiais, permaneciam sem ter, ao menos, asfalto em suas ruas. E as expansões não haviam cessado mesmo naqueles mais carentes. Após o recente período de intensa expansão, os investimentos em infraestrutura, mesmo diante do quadro de carência mantida nos assentamentos, voltariam a ser direcionados em maior grau à região do Plano Piloto. Uma virtual diminuição de gastos nesses domínios decorreria apenas de novos arranjos nos

demonstrativos oficiais, pois as obras do Lago Sul, Lago Norte, Guará, Núcleo Bandeirante, Park Way e Cruzeiro deixariam de ser computadas em conjunto com o Plano Piloto.

Ao contarem-se quarenta anos do início oficial das obras de Brasília, as questões com influência sobre seu processo de urbanização que se esboçavam para futuro próximo eram também de outra ordem. Em 1995, a população da Capital já superava um milhão e oitocentos mil habitantes. Passados apenas dez anos dessa contagem, tal número excederia a casa de dois milhões e trezentos mil e seriam próximos a dois milhões e meio em 2007. A influência da rede de serviços e dos empregos ofertados em Brasília não se restringia a suas Regiões Administrativas, um total de vinte nove em tempos mais recentes. Havia transpassado também os limites das vinte e duas cidades do Entorno e se alastrado por dezenas de municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais, uma relação reconhecida e formalizada com a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) em 1998.¹³³ Juntas, Brasília e RIDE, haviam superado a casa dos três milhões e meio de pessoas em estimativa do ano de 2007, todas vivendo sob alto grau de dependência das atividades e serviços da sede de governo.¹³⁴

E a extensão desses braços não se restringiu a tais fronteiras. Pesquisas recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam terem avançado para muito além também da RIDE. Atualmente mais municípios e pessoas participam da vida da terceira maior metrópole brasileira com centro em Brasília, cuja importância não se limita mais  forte presença do governo federal. Durante os anos noventa, enquanto o setor público perdia força na oferta de empregos, as atividades de comércio e serviços adquiriram peso ainda maior como empregadores na Capital. O crescimento do setor empresarial foi tão expressivo que, atualmente, várias empresas sediadas na cidade estão presentes em outras regiões, fazendo com que a rede urbana de Brasília tenha ainda mais fôlego. Estende-se pelas redes de Cuiabá (MT), de Porto Velho (RO) e de cidades distantes em mais de 600km, como Barreiras e Bom Jesus da Lapa, na Bahia.¹³⁵

¹³³ A RIDE foi criada pela Lei Complementar n 94, de 1998 com o objetivo de coordenar aes integradas entre a União, o Distrito Federal, os Estados de Goiás e Minas Gerais e os municípios de Abadiânia, gua Fria de Goiás, guas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antnio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no estado de Goiás, e de Unai e Buritis, no estado de Minas Gerais). Ocupa uma região de 55.434,99 quilmetros quadrados.

¹³⁴ IBGE, População residente, em 1 de abril de 2007, Publicação Completa. Acesso em 3 de janeiro de 2008.

¹³⁵ Brasília  referência para mais de 9,6 milhões de pessoas de 298 municípios. Estudo divulgado no dia 10 de outubro de 2008 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela como

Suas terras são ainda mais cobiçadas. As constantes tentativas de ocupá-las fazem com que os departamentos de governo e os planos territoriais se desdobrem em busca de soluções. E mais uma vez os investimentos em melhorias nos municípios do Entorno aparecem como saída para o enfrentamento da pressão sobre Brasília. Quem viver verá.

7.1 Planejamento territorial

Não houve grande revolução na esfera do planejamento territorial de Brasília no período pós-1995. As recomendações para expansão previstas nos estudos anteriores mantiveram-se em vigor e várias regiões rurais ocupadas por loteamentos privados foram transladadas para finalidade urbana.

A revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial PDOT, elaborada em 1996, em vigência desde o ano seguinte, reforçou ainda mais a política de ocupação de vazios urbanos, fundamentando-se, assim como seu antecessor, na otimização da infraestrutura implantada.¹³⁶ Endossou a conduta de urbanização pelo aprimoramento dos arranjos existentes, rejeitando a criação de novos assentamentos. Com o objetivo de promover a autonomia das cidades-satélites em relação ao Plano Piloto, este plano deu atenção ainda maior ao eixo oeste-sudoeste do Distrito Federal. O conjunto Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, tomado como polo de desenvolvimento, foi priorizado na criação de serviços geradores de empregos e de investimentos públicos e privados. Além disso, o novo PDOT enquadrou algumas regiões, antes tidas como rurais, no padrão de Zona Urbana de Uso Controlado, reconhecendo os parcelamentos já consolidados em várias extensões, tornando-se, nesse aspecto, mais um exemplar dentre os planos para Brasília que se moldou à realidade. Esta versão se mantém ainda como conjunto de regras em vigor no Distrito Federal.

Uma última atualização, a revisão decenal realizada em atendimento à periodicidade estabelecida no Estatuto da Cidade, vem sendo debatida desde 2005.¹³⁷ Também nesse novo texto, as definições assumiram a concretude. E, por mais uma vez, e por pura imposição da realidade, o campo foi reduzido em favor da cidade.¹³⁸ Áreas ocupadas por

parte de Goiás, do noroeste de Minas e do oeste da Bahia dependem da capital federal. http://www.correiobraziliense.com.br/html/sessao_13/2008/10/19

¹³⁶ Foi aprovado através da Lei complementar n. 17 de 1997.

¹³⁷ O Estatuto da Cidade traça diretrizes gerais da política urbana nacional. Foi estabelecido pela Lei n.10.257, de 10 de Julho de 2001, regulamentando os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

¹³⁸ A nova proposta diminui a área rural, mas aumenta a extensão de reservas de proteção ambiental. Este novo texto foi encaminhado à Câmara Legislativa no final de 2007. No ano seguinte, retornou à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para mais alterações em resposta a recursos de entidades ambientalistas questionando a redução das Áreas de Proteção de Mananciais

condomínios foram requalificadas de modo a permitir a regularização de centenas de condomínios em regiões rurais. Propôs o Setor Crixá, em São Sebastião, para uma população de 6,5 mil pessoas, a etapa 3 do Setor Jardim Botânico, para 5 mil moradores, e a expansão do Paranoá, para receber população superior a 20 mil habitantes.

O mais recente PDOT não somente redefiniu os contornos urbanos e rurais, mas reviu as nuances dessas duas categorias. Partindo da constatação da permanência de uma real pressão pela invasão de terras públicas de Brasília, especialmente aquelas bordeando áreas urbanizadas, a nova versão excluiu as áreas rurais remanescentes e no lugar delas propôs uma categoria denominada “contenção urbana”, uma espécie de transição entre campo e cidade criada com o intuito de frear ocupações irregulares. Destas, as já identificadas circunvizinhavam a região de Ponte de Terra, ao norte do Gama, a Estrada do Sol, no Jardim Botânico, o oeste do Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia, e a na região de Nova Betânia nas margens da DF-140. Todas elas antigas frentes de proliferação de condomínios privados.

O modelo de urbanização sugerido pelo novo Plano segue nos trilhos de seus antecessores PDOT 1992/1997 e Brasília Revisitada: urbanização pelo preenchimento de vazios urbanos. No que depender dessas idéias, a metrópole vai se interligar e adensar cada vez mais.

7.2 Governadores de Brasília

Em 1994, Valmir Campelo - candidato pela chapa de Joaquim Roriz ao governo de Brasília - foi derrotado nas urnas pelo petista Cristovam Buarque, que assumiu prometendo romper com a política urbana expansionista posta em prática até então pelo governo de oposição. Além disso, manifestou o interesse em ampliar a infraestrutura em assentamentos populares e por em dia a situação fundiária na Capital, o que incluía regularizar as cidades recém implantadas.

Ao assumir o governo em 1995, Cristovam promoveu reformulação imediata das políticas de urbanização. O modelo adotado, que foi endossado pelo PDOT-97, também elaborado no âmbito de seu governo, reforçou ainda mais a necessidade de melhor emprego dos interstícios urbanos. Iniciou amplo trabalho de regularização de assentamentos e redirecionou investimentos em urbanização para sistemas de base.

(APMs) e a eliminação de Áreas Rurais Remanescentes (ARRs). Ainda vem sendo objeto de debates.

Assumiu ainda o prosseguimento das obras do sistema metropolitano de Brasília, que havia sido começado durante o segundo mandato de Roriz na década de noventa.

Em seu último ano de governo, em campanha para reeleição, realizou uma fenomenal quantidade de obras em Brasília, mas não se reelegeu. A Era Roriz ainda não havia encerrado. O antigo governador retomou o comando em 1998, após campanha eleitoral baseada nas conhecidas promessas de distribuir de lotes a famílias carentes, sua infalível arma populista. Ao longo de seus mandatos, as mais variadas denúncias de irregularidades acumularam-se contra seu governo, mas foi empossado ainda mais uma vez, em 2002.

Roriz retomou seu estilo “obreiro” clássico, mas seus últimos mandatos não foram caracterizados pelas doações de lotes em massa e pela descomunal expansão urbana que marcou suas passagens iniciais. Canalizou sua empreitada para um insuperável volume de obras rodoviárias de grande porte, que foram concluídas por sua correligionária, Maria de Lourdes Abadia, empossada em 2006.

7.3 Regularização de imóveis

O ano de 1995 marcou o início de um particular empenho na regularização fundiária em Brasília. Os primeiros resultados da nova política vieram logo em 1996, quando moradores de Recanto das Emas e parte de Santa Maria passaram a ter direito legal de posse dos imóveis. No ano seguinte, mais de vinte mil terrenos foram legalizados. Segundo a Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), este foi o balanço das atividades entre 1995 e 1998:

TABELA 13 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA / ASSENTAMENTOS REGISTRADOS 1995/1998

Data Registro	Cidade / Localização
27.04.95	Brasília - EPTG – Vila Tecnológica
11.07.95	Samambaia- Quadras 513,515,517
06.12.95	Guará SRIA II - QE 42,44,46 e EQ 42/44
02.04.96	Recanto das Emas - Criação da Cidade
02.04.96	Samambaia - Qds 427,429,431
08.11.96	Santa Maria - Criação parcial da cidade
20.12.96	Guará SRIA II - Expansão da QE 38
13.08.97	Santa Maria – Expansão
18.09.97	Candangolândia - II etapa da cidade
04.11.97	Riacho Fundo - I etapa da cidade
15.12.97	Samambaia - III etapa da cidade
15.03.98	Taguatinga - Pontas de Qds residenciais
29.06.98	Planaltina - Qd 1 Vila Vicentina

Data Registro	Cidade / Localização
06.08.98	Samambaia - Qds 623 e 625
10.09.98	Ceilândia – Becos
12.11.98	Vila Planalto - Criação da cidade
16.10.98	Águas Claras - Área de Desenvol. Econômico

Setores Habitacionais – Novos Bairros - 1995/1998

Jardim Botânico – 01 Condomínio
São Bartolomeu – 05 Condomínios
Dom Bosco – 02 Condomínios
Taquarí – 01 Condomínio
Boa Vista - 08 Condomínios
Vicente Pires - 01 Condomínio

Fonte: GERIM/DITEC – Relatório de atividades da TERRACAP (1998)

Com relação aos condomínios privados, mais de quinhentos contados em 1995, a questão era mais complexa, pois apenas aqueles localizados em áreas públicas eram passíveis de regularização. Com base nesse parâmetro, em três anos foram criados cinco novos setores habitacionais englobando tais parcelamentos: o Setor Habitacional Jardim Botânico (São Sebastião); Setor habitacional Taquari (Lago Norte), Setor Habitacional Dom Bosco (Lago Sul), Setor Habitacional Boa Vista (Sobradinho) e Setor Habitacional São Bartolomeu (Paranoá). No entanto, apenas o Setor Taquari teve seu processo de regularização agilizado de imediato, beneficiado por sua inclusão como área de expansão prevista no plano Brasília Revisitada.

Em 1999 encontravam-se em processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do DF – IEMA/DF, diversos projetos de parcelamento visando o registro de regularização, dentre eles:

TABELA 14 – PROG. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/ASSENTAMENTOS REGISTRADOS 1999

- Placa da Mercedes	- Pólo de Desenvolvimento JK
- Centro Urbano de Santa Maria	- Bordas da Ceilândia
- Expansão SOF – Brazlândia	- ADE Recanto das Emas
- Vila Tecnológica	- Riacho Fundo 3a etapa
- Faixa Central de Samambaia	- Riacho Fundo I – 2a etapa
- ADE Samambaia Sul	- Setor de Embaixadas Norte – expansão
- SCIA – 2a etapa	- ADE Ceilândia
- Expansão Urbana – Águas Claras	- ADE São Sebastião
- São Sebastião	- Pólo de Modas Guará
- Setor Habitacional Dom Bosco	- Quadras 100 pares de Samambaia
- Jardim Botânico 1a e 3a etapas	- ADE Planaltina
- Setor Habitacional Boa Vista	- CA 06 Lago Norte
- São Bartolomeu	- Paranoá expansão urbana
- SCIA – Guará	- Recanto das Emas
- ADE Águas Claras	

Fonte: GERIM/DITEC – Relatório de atividades de TERRACAP (1999)

As atividades se mantiveram mesmo com a mudança de governo em 1999. Em janeiro daquele ano, criou-se a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários (SEAF) para o “planejamento, execução e implementação da política de regularização das terras urbanas e rurais do Distrito Federal”.¹³⁹ Mas além do impasse com relação aos condomínios privados, em 2000, a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano e Habitação computava ainda 65 pequenos assentamentos populares localizados nas proximidades da Ceilândia, Brazlândia e Sobradinho, além da Vila Estrutural, beirando a contagem de 4000 moradias, e o Itapuã, com seus quase 20 mil habitantes contados naquele ano, todos aguardando regularização.¹⁴⁰ No ano seguinte, mais 368 parcelamentos de classe média ocupando cerca de 80 mil lotes continuavam em processo de licenciamento na extinta Secretaria de Assuntos Fundiários (DISTRITO FEDERAL, 2004, pp. 104-105).

Ainda em 2004 os processos do condomínio Del Lago, a Fazenda Paranoazinho e o Condomínio Itapuã II (na região do Paranoá), Bairro Mestre D’armas, Estância Mestre Darmas, Estância Planaltina, Mestre D’armas VI, Setor de Mansões Itiquira, Vila Nova Esperança, Condomínio Arapoangas e Lago Oeste, (no eixo Sobradinho – Planaltina) ainda não haviam chegado a bom termo. Na mesma situação encontravam-se as áreas ocupadas nas Colônias Agrícolas Vicente Pires que, em 2004 somavam 370 parcelamentos e 60 mil moradores (DISTRITO FEDERAL, 2004, pp. 103-104).

Em 2007, o Superior Tribunal de Justiça (STF) julgou constitucional a Lei nº 9.262/96, autorizando os ocupantes de condomínios do Setor São Bartolomeu a adquirirem os lotes por meio de venda direta. Abrindo precedentes, a lei foi estendida aos demais condomínios situados em área pública. Em decorrência disso, no ano seguinte, alguns condomínios do Setor Jardim Botânico foram registrados em cartório, dentre eles: San Diego, Mansões Califórnia, Portal do Lago Sul e parte do Estância Jardim Botânico e, além destes, o primeiro em terras particulares, Morada de Deus.

O último levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), datado de 2008, aponta a permanência 513 condomínios aguardando regularização, dos quais 379 estão localizados em área urbana – quatro deles com registro em cartório – e 134 na zona rural. Dos loteamentos urbanos, 317 permanecem irregulares, destes 30 estão em processo de regularização e 28 em fase de aprovação. A maioria está localizada nas regiões de Sobradinho, Planaltina, Santa Maria, Paranoá, Gama, Ceilândia e

¹³⁹ Decreto nº 20.035 de janeiro de 1999.

¹⁴⁰ Em abril de 2004, a Estrutural alcançou cerca de 30.000 habitantes, com aproximadamente 7.000 moradias, e o Itapuã mais de 50.000 moradores em 13 mil domicílios. Além destas, em 2003, o processo da Vila Varjão ainda estava sendo finalizado, quando já abrigava próximo a 9000 pessoas.

São Sebastião. Tais números significam que, atualmente, um quarto de toda a população de Brasília ainda vive em ocupações irregulares.¹⁴¹

Até bem recentemente, a legalização fundiária era um pré-requisito para os investimentos em infraestrutura em terras de Brasília. Mas com a aplicação de preceito mais democrático para as posses urbanas sendo tópico cada vez mais ressaltado, especialmente a partir do marco regulatório introduzido pelo Estatuto da Cidade em 2001¹⁴², nos últimos tempos os governos vêm abrindo exceções a essa exigência. Tornou-se prática corrente a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), através do qual o Ministério Público Federal autoriza o início de obras de infraestrutura em áreas irregulares. Em contrapartida exige-se o apoio no controle de novas “invasões” mantido em acordos com as comunidades. Ainda assim, ocupações espontâneas surgem diariamente em Brasília. Somente no primeiro semestre de 2008 houve cerca de 1.500 operações para evitá-las.¹⁴³

TABELA 15 – OPERAÇÕES DE CONTROLE DA OCUPAÇÃO

Derrubadas	2007	2008	Total
Edificações de alvenaria demolidas	639	199	838
Edificações de lona e madeira demolidas	3.597	1.015	4.612
Metragem linear de cerca de arame demolidos	45.915	47.820	93.735
Metragem linear de muros demolidos	15.315	3.618	18.933
Bases de concreto retiradas	130	10	140
Guaritas demolidas	01	00	01
Materiais de construção (caminhões)	62	04	66

Fonte: Relatório TERRACAP 2008 – dados Subsecretaria de Defesa do Solo e Água (SUDESA)

7.4 Obras de urbanização

7.4.1 Abastecimento e saneamento

Na década de noventa, a demanda por serviços de água e esgoto em áreas urbanas brasileiras ficou ainda mais intensa. Com os recursos aplicados sendo ainda insuficientes para acompanhar o crescimento, o governo federal lançou mais um programa para o setor. O Plano de Ação Imediata de Saneamento do Brasil (Pais Brasil) que reuniu recursos do

¹⁴¹ Jornal Correio Braziliense - Caderno Especial Condomínios – 09 de novembro de 2008.

¹⁴² Lei federal que regulamenta capítulo de política urbana da Constituição de 1988 (artigos 182 e 183). Um conjunto de instrumentos de natureza urbanística que se desviou do tradicional modelo tecnocrático voltado para usos ideais, visando, em síntese, induzir a formas de ocupação socialmente mais desejáveis.

¹⁴³ Em 2007 e 2008 foram derrubadas casas no Parque da Vaquejada, Pôr do Sol e Sol Nascente (todas na região da Ceilândia); Colônia Agrícola Sucupira (Riacho Fundo I); Porto Rico (Santa Maria). O mesmo aconteceu em condomínios de classe média: Quintas da Alvorada (Setor São Bartolomeu); condomínio RK (Sobradinho); Privê (Lago Norte); Colônia Agrícola Arniqueira (Park Way); Ponte Alta

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Dentre as inovações do período - formalizadas nas diretrizes da Política Nacional de Saneamento do período iniciado em 1995 – foi ensaiada uma descentralização das atividades com o objetivo de flexibilizar a prestação de serviços e permitir adequações a peculiaridades sociais, econômicas e regionais. Tentou-se também integrar a política de saneamento a outras áreas, como a saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento urbano, e promover uma abertura do setor ao capital privado, incentivando-se parcerias. Ampliaram-se programas de saneamento urbano, voltados, especialmente, para redutos de população de menor renda e para a manutenção da qualidade das águas e o combate à poluição hídrica.

A orientação desta política foi bastante perceptível nas atividades de saneamento em Brasília. A agenda de trabalhos no setor foi relativamente ativada com os temas do controle da poluição de águas e da expansão de serviços em assentamentos populares. No entanto, não atingiram a ampla tarefa a ser realizada neste território. A distância entre a oferta de serviços de saneamento e o atendimento global das populações havia aumentado significativamente na última década a partir da inclusão dos loteamentos privados na lista de áreas a atender. O alcance da universalização dos serviços, anunciada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) em 1996 (e meta a ser atingida em 1998), tomava como base, mais uma vez, apenas as áreas regulamentadas. A apresentação da região de São Sebastião - localidade com grande concentração de condomínios privados - como a única ainda não atendida era uma realidade virtual, pois centenas de parcelamentos permaneciam na clandestinidade.

O período que se iniciava, que coincidiu com a implantação das diretrizes da nova Política Nacional de Saneamento e com as metas de ampliação da infraestrutura urbana do governo Cristovam, estimulou o desenvolvimento de um amplo programa de investimentos e parcerias orientadas para a expansão de sistemas de saneamento. As primeiras frentes foram abertas em Santa Maria e Recanto das Emas, núcleos implantados recentemente no âmbito do governo Roriz, mas ainda desprovidos desses serviços. Em seguida foi a vez do Núcleo Bandeirante, Planaltina e Sobradinho e das regiões de São Sebastião e do Vale do Amanhecer.

(Gama); Ville de Montagne, Solar de Brasília e Moradas Sul (Lago Sul). Dados da Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água (Sudesa) de 2007 a março de 2008 – Relatório TERRACAP. 2008.

Além de resolver pendências mais antigas, seguiram também as intervenções no Setor Sudoeste, Águas Claras, Setor Lucio Costa (QELC) e Vila Tecnológica, além de comunidades rurais de Bananal (Sobradinho) e de Capão Seco (Paranoá). Nessas regiões, a perfuração de poços profundos passou a ser utilizada como solução usual para o abastecimento de água.

TABELA 16 - EXTENSÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO IMPLANTADAS EM 1997

LOCALIDADE	EXTENSÃO	Acréscimo em 1997
Brasília	875864	8421
Gama	482602	--
Taguatinga	478908	13426
Brazlândia	51002	--
Sobradinho	121970	2903
Planaltina	170738	997
Paranoá	72147	1401
Núcleo Bandeirante	102306	1775
Ceilândia	552397	--
Guará	270862	172
Cruzeiro	100249	31
Samambaia	552533	--
Santa Maria	188879	--
São Sebastião	95609	95609
Recanto Emas	124839	58
Lago Sul	206577	--
Riacho Fundo	117153	68191
Lago Norte	185789	--
Candangolândia	22990	54

Fonte: relatório anual CAESB (1997)

A partir de 1997, a expansão dos sistemas foi direcionada a áreas que ainda aguardavam regularização, surgem, por exemplo, os primeiros registros de obras de água e esgoto no acampamento Telebrasília. No entanto, a grande massa de intervenções realizadas na sequência ocorreu em localidades até então nunca citadas nas frentes de implantação de infraestrutura, desta ou de qualquer outra empresa de governo. Foram elas: Lobeiral, Comunidade Rural Boa Vista, Contagem e Vila Basevi (Lago Oeste/Sobradinho), São Bernardo (região de Valparaíso) e comunidades rurais de Três Conquistas (Paranoá), Almecegas (Brazlândia), Taquara, Pipiripau, Sítio Novo e São José (Planaltina), Córrego Arrozal, Córrego do Atoleiro e nas Comunidades Rurais de Morro da Cruz, Vargem Bonita, Curral Queimado, Vila Rabelo, Boa Esperança e Contagem.

Em 2000, com recursos do BID, surgem os registros de implantação de poços profundos em Águas Claras, Pólo JK (Santa Maria), Bonsucesso (São Sebastião) e Buritis (Planaltina). Nos anos seguintes, são abertas frentes de obras em São Sebastião, incluindo o Bairro São Bartolomeu e Residencial Oeste. Entram também na lista de regiões atendidas: Nova Betânia, Fazenda Larga, Chapada, Itapeti, Três Conquistas, Bica do DER, Monjolo, Palmeiras, Catingueiro, Lamarão, além dos bairros de Arapoanga, Mestre D'Armas e Buritis. Em 2005, iniciam-se obras em Vicente Pires.

A partir de 2006, os trabalhos em redes de abastecimento foram voltados quase exclusivamente ao atendimento de condomínios. A listagem, bastante extensa, incluiu: Condomínios R 01, R 03 e Paranoazinho, condomínios Mini-Chácara, Morada da Serra, Vivendas Nova Petrópolis, Uberaba, Morada Colonial, Residencial Karina (DF-440), Sobradinho III, Villa Rica, Versalhes, Beija-Flor, Rio Negro, Meus Sonhos e Contagem todos na região de Sobradinho. Em Planaltina, ocorreram obras no Condomínio Morada Nobre e, no Paranoá, no Condomínio Privê Morada Sul. Foram muitas também na região da Ceilândia: Condomínios Pôr do Sol, Nova Morada, Casa Branca, Sol Nascente, Gênese, Flor de Lis, São Francisco, Buritis, Pinheiros, Cidade Nova Eldorado, Residencial Rio Verde, Residencial Vitória, Residencial Maranata e Residencial Novo Horizonte. Em Samambaia, ocorreram obras no condomínio Água Quente e, em São Sebastião, nos condomínios Solar de Brasília, Ouro Vermelho, Vila Vitória e Vivendas Del Rey. Registros ainda mais recentes se referem à expansão do Guará, onde foi criada a Super Quadra Brasília, à Colônia Agrícola Águas Claras, Chácaras Arniqueira e Colônia Agrícola Bernardo Sayão.

TABELA 17 - EXTENSÃO DAS REDES COLETORAS DE ESGOTO IMPLANTADAS EM 1997

LOCALIDADE	EXTENSAO DAS REDES	Acréscimo em 1997
Brasília	586696	1718
Gama	228910	193
Taguatinga	396325	2917
Brazlândia	77198	236
Sobradinho	184169	35405
Planaltina	126853	12059
Paranoá	97440	--
Núcleo Bandeirante	46966	--
Ceilândia	442944	--
Guará	151206	334
Cruzeiro	74440	--
Samambaia	501653	9062
Santa Maria	287953	272365
São Sebastião	5893	5893
Recanto das Emas	8624	8624

LOCALIDADE	EXTENSAO DAS REDES	Acréscimo em 1997
Lago Sul	58414	2592
Riacho Fundo	73709	14190
Lago Norte	87404	12893
Candangolândia	28466	28466

Fonte: Relatório anual CAESB (1997)

No tocante ao esgotamento sanitário, a partir de 1995, as obras foram voltadas para áreas mais recentes, como Águas Claras, Santa Maria, Recanto das Emas, São Sebastião e Vale do Amanhecer, envolveram também antigas pendências no Paranoá, Vila Metropolitana e Vila Varjão e, com recursos do BID, originaram trabalhos visando a recuperação de corpos hídricos comprometidos em Brasília. Foi significativa a expansão dos sistemas de esgoto no período que se seguiu. Taguatinga, Paranoá, Planaltina, Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Santa Maria, Samambaia, Recanto das Emas, Vale do Amanhecer, Riacho Fundo II, Lago Norte, Guará, Sobradinho, Vila DVO e São Sebastião, todas se tornaram frentes de implantação ou expansão de sistemas de esgotamento sanitário.

A partir de 2003, ocorreram obras no assentamento do SCIA, popularmente conhecido como Vila Estrutural, na Vila São José (Brazlândia), no Setor Taquari e no Bairro Mestre D'Armas. Foram expandidas redes do Lago Sul e, no ano seguinte, seguiu a consolidação do Bairro Taquari e surgiram os primeiros registros de obras ocorridas no Itapuã e no bairro Arapoanga.

7.4.2 Eletrificação

Em 1995, a Companhia Energética de Brasília (CEB) construiu cerca de 15 km de redes de distribuição em São Sebastião. A região era uma prioridade, pois em grande parte sua ocupação se baseava em infraestrutura apoderada de modo irregular. Foram mais de 3.000 ligações elétricas clandestinas eliminadas somente naquele ano. Ademais, dentre os serviços prestados pelas empresas de governo, o fornecimento de energia foi um que não ficou limitado a áreas regularizadas.

Aquele foi um ano de muitas obras de eletrificação também nos assentamentos oficiais. Coerentes com a política direcionada para expansões mais recentes, foram distribuídas redes em Samambaia, Recanto das Emas, Brazlândia, Planaltina, Paranoá e Águas Claras, de modo a por em dia o fornecimento do serviço. A partir de 1996, a

Companhia iniciou uma sequencial implantação de subestações e ampliação das fontes existentes. Nos quatro anos seguintes, foram concluídas unidades em Águas Claras (para atender o bairro e o Metrô), Sudoeste, Paranoá, Santa Maria, Guará, Taguatinga, Riacho Fundo II, Recanto das Emas, Sobradinho e Sobradinho II, nesse caso para atender também aos condomínios nessa região. Foram ampliadas as subestações de Ceilândia Sul, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Brazlândia e Brasília Centro e Brasília Norte.

Através do Programa Alumiar II foram expandidas redes de distribuição rural em áreas de Taguatinga, Planaltina e Sobradinho, prolongando ainda mais o alcance dos serviços de energia pelo interior do território. Entre 2002 e 2003, uma nova formulação de programa de eletrificação rural entrou em cena: o Programa Luz no Cerrado, e somente em seus dois primeiros anos de vigência foram construídos 327,5 km e atendidos mais 2.697 consumidores instalados em área rural.

No mesmo período, ocorreram obras substanciais na Vila Estrutural¹⁴⁴, então campeã em ligações clandestinas, com a inclusão de 3.770 novas ligações. Ao longo dos anos seguintes a CEB se concentrou em trabalhos para atender ao crescimento vegetativo. Na lista de frentes de obras entraram: São Sebastião, Santa Maria, Vila São José - Brazlândia, Ceilândia, Ponte Alta, Águas Claras, Guará, Varjão do Torto - Lago Norte, Bairro Taquari, Recanto das Emas, Riacho Fundo II e Sobradinho, além do Condomínio Itapuã no Paranoá.

Com a imperiosa necessidade de ampliação do sistema, em fevereiro de 2006 foi inaugurada a Usina Hidroelétrica Corumbá IV e em agosto do mesmo ano foi iniciada a construção de Corumbá III.

7.4.3 Obras rodoviárias

Toda a expansão ocorrida extra-oficialmente carecia também de obras de consolidação do sistema viário. Em 1995, do total da malha rodoviária registrada pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER/DF), apenas 1/3 era pavimentada. No mais, as rodovias existentes, muitas com cerca 40 anos de existência, exigiam obras de manutenção e ajustes para atender ao tráfego ampliado.

TABELA 18 - MALHA VIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Tipo de pavimento	Unidade (km)
Asfáltico	584,16
Terra (com revestimento granular)	73
Terra (leito natural)	938,3
TOTAL	1.595,46

Fonte: DER/DF – 1995

Entre 1995 e 1996 não houve abertura de novos eixos rodoviários em Brasília. Reformas em pavimentos, ampliação de pistas e criação de vias marginais constituíram o perfil das intervenções do período, sendo as estradas mais antigas as principais frentes de obras, como a DF 003 (EPIA), a DF 025 (EPDB) e a DF 002. Foram feitas melhorias também nas estradas-parque DF 075, DF 15 e DF 051, e nas rodovias DF 240, DF 230, DF 345, todas abertas nas décadas de setenta e oitenta. Além destas, tiveram alguns trechos duplicados as rodovias federais BR 070, que, em parte se sobrepõe ao antigo eixo Planaltina - Corumbá, a BR 060, estrada pioneira de ligação com Anápolis, e a BR 290.

Em 1997, o destaque foi o início da implantação do sistema viário de Riacho Fundo II, inserido margeando a EPCT entre as áreas de Riacho Fundo e Recanto das Emas. Foram consolidadas também ligações entre a DF 075, EPNB, aos Núcleos Rurais de Sucupira e Kanegae localizados na mesma região. Nesse período, iniciaram também obras específicas beneficiando nos acessos às cidades-satélites e a regiões com concentração de loteamentos privados, caso das obras na DF 001, em trecho específico entre a Rádio Congresso e a interseção com a DF 170 (Lago Oeste), da DF 475, no trecho entre o entroncamento com a VC 341 próximo ao Gama, da DF 003 EPIA no acesso à Candangolândia, da DF 150, acesso às chácaras na região de Sobradinho, da DF 135, nas proximidades de São Sebastião, e também da DF 230 e DF 345 em Planaltina.

O ano de 1998 foi notável, muito provavelmente por coincidir com o último ano de mandato do então governador Cristovam Buarque, candidato à reeleição. Talvez o período de maior atividade no setor rodoviário registrado até hoje em Brasília. Foram realizadas inúmeras obras de modernização, ampliação da capacidade de tráfego, inserção de vias marginais, pavimentação de eixos em regiões ocupadas por loteamentos privados, além de muitas intervenções de consolidação de vias urbanas em assentamentos novos e antigos.

Foram implantados acessos ao Condomínio Arapoanga e Mestre Darmas pela BR 020 (Planaltina), pavimentada a Estrada do Sol de ligação entre São Sebastião e a Vila

¹⁴⁴ O fornecimento parcial foi principiado em 1999.

Nova, bordejada por condomínios. Consolidou-se acessos das Rodovias DF 001 e DF 250 ao Boqueirão, Sobradinho dos Melos e Altiplano Leste, e da BR 251 à região de Nova Betânia. Foram abertas vias urbanas em São Sebastião, Santa Maria, Brazlândia, Águas Claras, Planaltina e Riacho Fundo II. Iniciou-se a urbanização da região destinada ao Projeto Orla nas margens do Lago Paranoá. Em áreas rurais foram realizadas obras na DF 320, na região de Rio Preto, na DF 205 localizada no extremo norte do Distrito Federal, e nas DF 435 e DF 445 nas proximidades de Brazlândia.

Como se não bastasse, foram também consideráveis as construções categorizadas como obras de arte especial (OAC). Construíram-se pontes sobre o Rio Descoberto na Rodovia BR 070, sobre o rio Engenho Velho e Cantigueiro na região de Sobradinho, além de duas na rodovia DF 085 (EPTG) sobre o córrego Samambaia. Além destas, levantou-se viadutos na DF 003 EPIA no acesso à Candangolândia, na DF 085 (EPTG) sobre a RFFSA, na BR 040 acesso Porto Seco, e um interligando marginais da DF-003 (EPIA) com a DF-024 (EPDB).

Nos anos seguintes, mantiveram-se obras de adequação de leitos ao aumento de tráfego, caso da construção da 3ª faixa na DF 085 (EPTG), na DF 003 (EPIA), DF 051 (EPGU), DF 025 (EPDB), e DF 075 (EPNB) e da revisão dos traçados das rodovias DF 190, DF 280, DF 150, DF 100 e das federais BR 080, BR 251 e BR 060. A malha pavimentada cresceu significativamente e muitos trechos antigos foram capeados. Apenas um único novo trajeto foi inaugurado entre 1995 e 2000: a via de ligação entre DF 005 (EPPR) e DF 007 (EPTT).

Com a derrota de Cristovam e o regresso de Roriz, as obras rodoviárias em Brasília entraram em um ciclo específico, marcado por um grande número de intervenções em pontes e viadutos. Somente entre 1999 e 2000, foram iniciadas seis pontes: na DF 085 (EPTG), sobre Córrego Samambaia, na DF 075 (EPNB), sobre os córregos Vicente Pires e Riacho Fundo, e ainda sobre os córregos Riacho Fundo na DF 003 (EPIA), Guará na DF 003 (EPIA) e Estiva na VC 337. Na categoria dos viadutos, um volume ainda maior: dezesseis construídos em apenas dois anos. E que não se imagine terem sido pequenos elevados sobre cruzamentos viários, pelo contrário. Tais obras foram de grande porte, envolvendo significativa alteração topográfica, volumoso movimento de terra e expansão grandiosa de solo pavimentado. Somente ao longo do eixo da DF 003 (EPIA) construíram-se sete: um no entroncamento com a DF 065 (EPIP); dois no Balão do Torto, sentido norte e sul; um no cruzamento com a DF 075 (EPNB); dois no Balão do Colorado e um no entroncamento com a DF 009 (EPPN). Em relação aos demais eixos, implantaram-se

viadutos na BR 040, no acesso à Santa Maria; dois na DF 007 (EPTT); dois na BR 020, acesso sul e norte de Sobradinho; no Balão do Aeroporto foram construídos sobre a DF 025 (EPDB) e DF 047 (EPAR) e dois últimos na DF 001 (EPCT) sendo um na interseção da DF 075 (EPNB).

Em 2001, foi anunciada a abertura de um novo pequeno traçado em território urbano. Concluía-se o estudo viabilidade técnica para implantação ligação Águas Claras com o Guará, na altura do setor oficinas Sul. Nos anos seguintes, 2002 e 2003, as obras rodoviárias voltaram à rotina de manutenção e modernização da malha existente. Foram duplicados novos trechos da BR 020, que no Distrito Federal faz a ligação da EPCT com Sobradinho e Planaltina. Melhorias para aumento da capacidade tráfego e implantação das vias marginais também nas rodovias DF 051 (EPGU), DF 047 (EPAR), DF 002 (Eixo Rodoviário do Plano Piloto), e nas DF 355, DF 440 e DF 128 (antiga DF 130).

Em função da consolidação de Águas Claras foi realizada também a duplicação da rodovia DF-079 (EPVP), trecho compreendido entre a DF-085 (EPTG) e Av. Castanheiras, e construído viaduto articulando o acesso desta avenida com a Rua Tamboril. Ampliaram-se também as malhas pavimentadas das cidades-satélites, com destaque para Samambaia, Taguatinga, Santa Maria, Recanto das Emas, Guará, Riacho Fundo II e São Sebastião.

Em 2004, mais um eixo foi implantado ligando o centro norte de Samambaia com Ceilândia, a rodovia DF 459. No restante, mantiveram-se obras de duplicação e pavimentação, com destaque para estradas vicinais localizadas nos Núcleos Rurais de Cariru, Rajadinha, Buriti Vermelho, Café sem Troco, Engenho Lajes e Taquara.

Na sequência, a DF 085 (EPTG) voltou a ser objeto de estudos para o aumento de sua capacidade tráfego. Sua importância como eixo urbano, que já era grande por compor a ligação Taguatinga/ Ceilândia / Samambaia ao Plano Piloto, havia se tornado ainda maior com a inclusão de Águas Claras. Um vetor fundamental do programa de transporte urbano que se encontrava sobrecarregado pela continua urbanização de suas bordas. A partir dessa data, apenas uma nova rota foi anunciada: avaliava-se a implantação de uma via de ligação entre Riacho Fundo e Núcleo Bandeirante.

7.4.4 Sistema metropolitano

Os estudos para implantação do sistema metropolitano de Brasília foram iniciados em janeiro de 1991 por um grupo de trabalho constituído no governo Roriz. Em maio do mesmo ano, a gerência do projeto passou para as mãos de uma Coordenadoria Especial composta por técnicos de diversas áreas do governo. A implantação de fato deu seus

primeiros passos em 1992, após a NOVACAP firmar contrato com a empresa Altran TCBR para realizar os projetos e com o consórcio Brasmetrô - composto pelas construtoras Camargo Corrêa, Serveng Civilsan, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez. No ano seguinte, foi criada a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal para operar o sistema.

Após dois anos de paralisação, as obras do metrô foram retomadas em maio de 1996, já no governo Cristovam, e entrou em operação experimental no final de 1997. No início de 2001, foi inaugurada cerca de 30 km da chamada linha prioritária. Naquele momento era esta a configuração do sistema:

- Linha Verde: Estação Central à Estação Praça do Relógio - 22 Km.
- Linha Laranja: Estação Central à Estação Terminal Samambaia - 26 Km.
- Estações Operacionais: Central (CTL), Galeria (GAL), 114 Sul (114), Asa Sul (ASA), Shopping (SHP), Feira (FEI), Águas Claras (CLA), Praça do Relógio (REL), Taguatinga Sul (TAS), Furnas (FUR), Terminal Samambaia (SAM).

Em 2003, foram construídas as estações Arnieiras (ARN) e Samambaia Sul (SAS) e, e em 2005, a estação Concessionária (CON). Três anos mais tarde, o metrô havia atingido 42 km de trajeto em funcionamento, entrando em operação, ainda em fase experimental, o novo trecho Taguatinga a Ceilândia Sul. Em 2007, principiaram as obras de extensão até Ceilândia Norte (Estação Terminal Ceilândia) e, em 2008, inauguraram-se mais cinco estações, sendo quatro em Ceilândia (Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte e Terminal Ceilândia) e uma no Plano Piloto (Estação 108 Sul).

A partir de 2008, foram iniciados os trabalhos de complementação da linha prioritária para extensão à Asa Norte e expansões em Samambaia e Ceilândia. Além disso, a Companhia Metrô/DF assumiu a coordenação técnica da implantação do “Veículo Leve sobre Trilhos” e “Eixo Sul”, novo corredor de transportes de massas que ligará Gama e Santa Maria ao Plano Piloto.



FIG. 38 – Plano Piloto (tomada da EPCT em 1988)



FIG. 39 – Taguatinga e Águas Claras



FIG. 40 – Sudoeste, Octogonal e Cruzeiro



FIG. 41 – Núcleo Bandeirante





FIG. 43 – Sobradinho



FIG. 44 – Guará



FIG. 45 – Taguatinga

MANCHA URBANA 2006

Apenas duas décadas foram suficientes para mais que duplicar o total de terras ocupadas do quadrilátero de Brasília, transformadas em novas cidades por ocupações conduzidas pelo governo local ou em loteamentos privados. Foi significativo o avanço da fronteira urbana, pois boa parte dessa expansão ocorreu em áreas antes destinadas a uso rural. Mas o crescimento foi também em grande escala em interstícios urbanos, alinhavando, ano a ano, o tecido rarefeito e polinucleado herdado da urbanística inicial.

Ao longo de todo o processo, o quadrante sudoeste foi o mais ocupado do quadrilátero. Suas terras permeadas por caminhos para as regiões sul e sudeste e para cidades de Goiás, foram, desde sempre, as mais atrativas para a urbanização. Após receber as urbes pioneiras, provisórias ou permanentes, teve sua ocupação reforçada com a implantação de Taguatinga e do Gama, e, na sequência - com a inclusão de Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo, Recanto das Emas e Santa Maria -, formou-se nessa região o conjunto de maior peso demográfico de Brasília. Atualmente, bem mais integrado ao grupo Plano Piloto, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Park Way e Lagos Sul e Norte - também localizado predominantemente naquele quadrante - vem constituindo um grande conglomerado em tecido cada vez mais contíguo. Onde mesmo o rarefeito Park Way, a maior extensão e menor população relativa de Brasília, se adensa após ter permissão para ampliar sua ocupação para oito unidades habitacionais por lote.

E não somente a trama desses dois grupos está mais integrada. Nos últimos anos, toda a ocupação de Brasília se tornou mais interligada e coesa. Em parte, esse adensamento resultou da condução oficial do processo de urbanização que, após colocar em cheque a manutenção da antiga estrutura rarefeita, ressaltou a necessidade de racionalização de recursos e orientou a modelagem para o preenchimento de vazios e interstícios entre as cidades. E referenciando-se por esse novo entendimento, desconstruiu a perspectiva da ocupação orientada somente pelos limites da Bacia do Paranoá.

Por outro lado, e mesmo a partir de 1995 - após ter sido declarada guerra à ocupação indiscriminada e de terem sido iniciadas ações objetivas de fiscalização e regularização fundiária - a mancha urbana seguiu crescendo com incrível velocidade também pelo arranjo fortuito de loteamentos privados. Estiveram por toda parte, mas ocuparam, preferencialmente, porções situadas a norte e a leste do quadrilátero, onde investimentos em infraestrutura haviam ocorrido somente através de programas de incentivo rural.

Sobradinho, que havia se mantido praticamente dentro de seus contornos originais até os anos oitenta, e que cresceu espetacularmente na década de 1990, alcançou o ano de 2006 com tecido quase contíguo ao Plano Piloto e prestes a avistar Planaltina pelas bordas da BR 020. Cresceu também seguindo para norte em direção a Engenho Velho, orientada pelo antigo traçado da DF 205, e na direção da EPCT onde se integrou ao Lago Oeste.

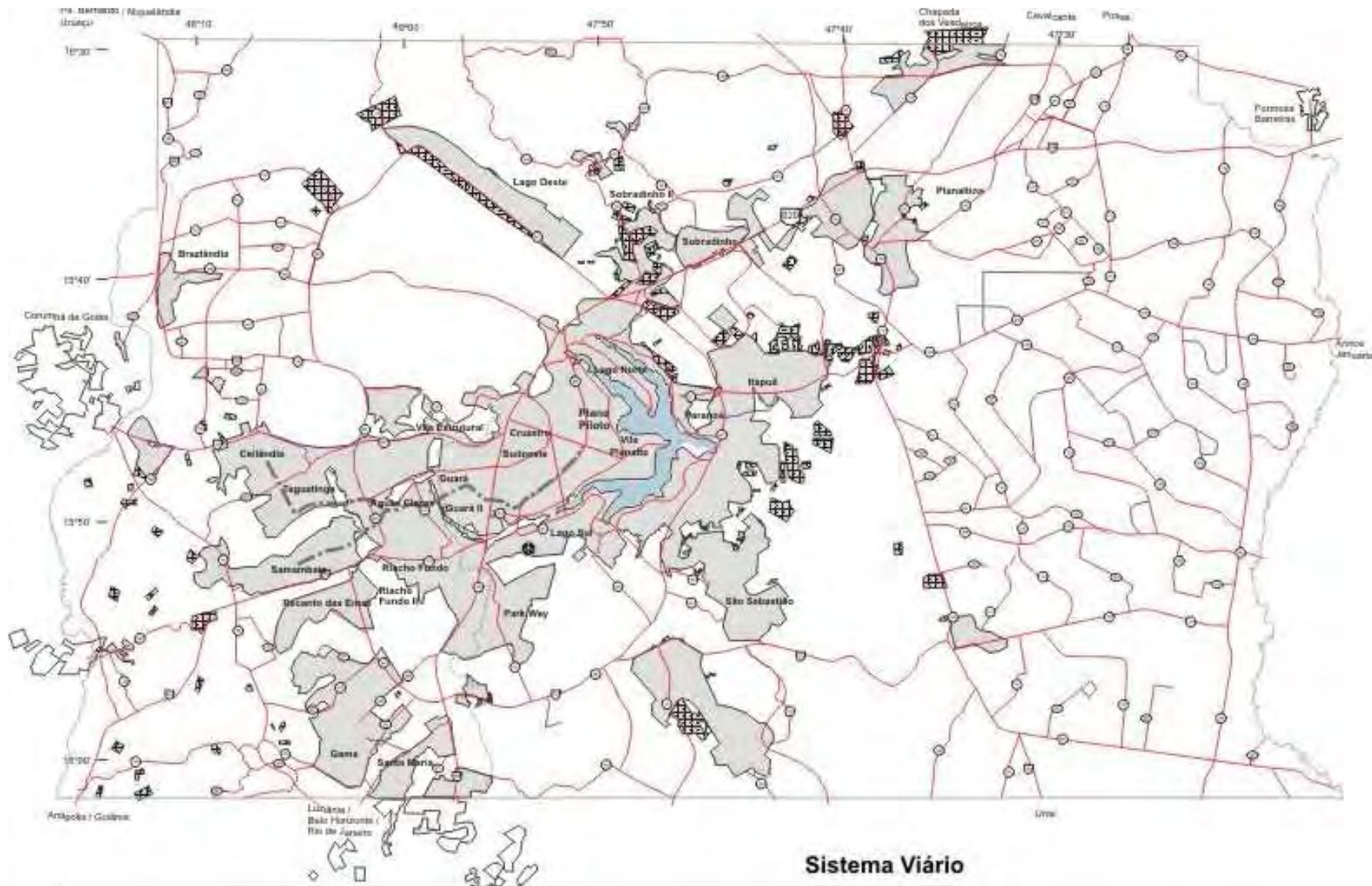
Planaltina e Brazlândia, que também tiveram suas terras loteadas em grande escala, praticamente duplicaram suas sedes na última década. A primeira teve mais destaque: implantada na rodovia de ligação com a região Nordeste (BR 020, uma das rotas interestaduais mais dinâmicas em Brasília) foi sempre destino de assentamentos para erradicados de “invasões”, no entanto, teve nos últimos anos um crescimento mais periférico, constituído pela consolidação de loteamentos privados que resultaram em impacto significativo em seu crescimento. Esta foi também a principal razão do avanço expressivo da área do Paranoá, acrescida do Itapuã. A periferia dessa região se estende de tal modo ao longo das rodovias à leste que sua ocupação quase se une aos assentamentos avizinhos à Planaltina.

Nesta análise cabe ainda o caso de São Sebastião cuja expansão tomou longos trechos da EPCT, balizada entre as rodovias BR 251 e DF 250. A ocupação dessa área, primordialmente por condomínios privados, avançou muito no sentido norte e vem se unindo aos contornos do Paranoá e Itapuã. A partir de 2003, esse crescimento recebeu mais um reforço com o acesso facilitado pela terceira ponte construída sobre o Lago Paranoá (Ponte JK). Ainda na região, destaca-se a área de Nova Betânia que até 1995 se restringia às margens da DF 140. Em 2005, após se alongar por quilômetros da rodovia BR 251, alcançou a DF 135 e se estendeu também no sentido sudeste. A origem da urbanização local nos remete aos anos iniciais de implantação da Capital. No território das antigas fazendas Taboquinha, Papuda e Cachoeirinha onde foram instaladas olarias para atender as primeiras obras de Brasília, originando-se desse comércio uma pequena agrovila. Embora totalmente fora do foco de ações de urbanização oficiais mais recentes, tais funções originais fizeram com que o local recebesse serviços de eletrificação ainda nos anos inaugurais.

Por fim, cabe ressaltar a expansão destacada da região circunscrita na Bacia do Paranoá, exceto pela presença de reservas ambientais, como o limites do Jardim Zoológico, Parque da Cidade, Parque Nacional, Jardim Botânico e a área rural do Riacho Fundo. O registro mais atual da mancha urbana de Brasília demonstra ocupação significativa da região esquadrihada pela Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB) e pela Estrada

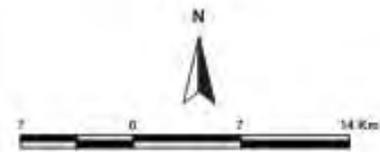
Parque Ceilândia (EPCL ou Estrutural), onde a consolidação de Águas Claras, da Cidade do Automóvel e de Riacho Fundo II, além da considerável expansão da Vila Estrutural e de Vicente Pires, foram contribuições relevantes.

Em última análise, averiguar que as fronteiras da bacia do Paranoá foram tão ocupadas é constatação que nos remete a uma destinação traçada junto à implantação de Brasília, quando uma trama de estradas transformou este território do centro urbano no mais permeado de todo o aglomerado. E a herança do período da construção com influência na ocupação mais recente vai ainda mais além. Os contornos da mancha urbana atual estão pontuados pelos locais das primeiras obras de infraestrutura em Brasília. Os locais dos primeiros trabalhos estão circunscritos pela mancha urbana atual. Dentre as relações entre a ocupação recente e o local das obras ocorridas entre 1957 e 1960, podemos relacionar a origem do Lago Oeste ao Centro de Transmissão de Contagem; de Taguatinga e Ceilândia às funções do Instituto de Imigração e Colonização (INIC); do núcleo urbano de Riacho Fundo às Granjas Modelo 2 e 4; de Recanto das Emas à Granja Modelo 1; de São Sebastião, conforme já foi citado, às primeiras olarias e ao presídio agrícola da Papuda; e por fim, da região do Torto, atualmente também ocupada por bairro residencial, à Granja Modelo 3.

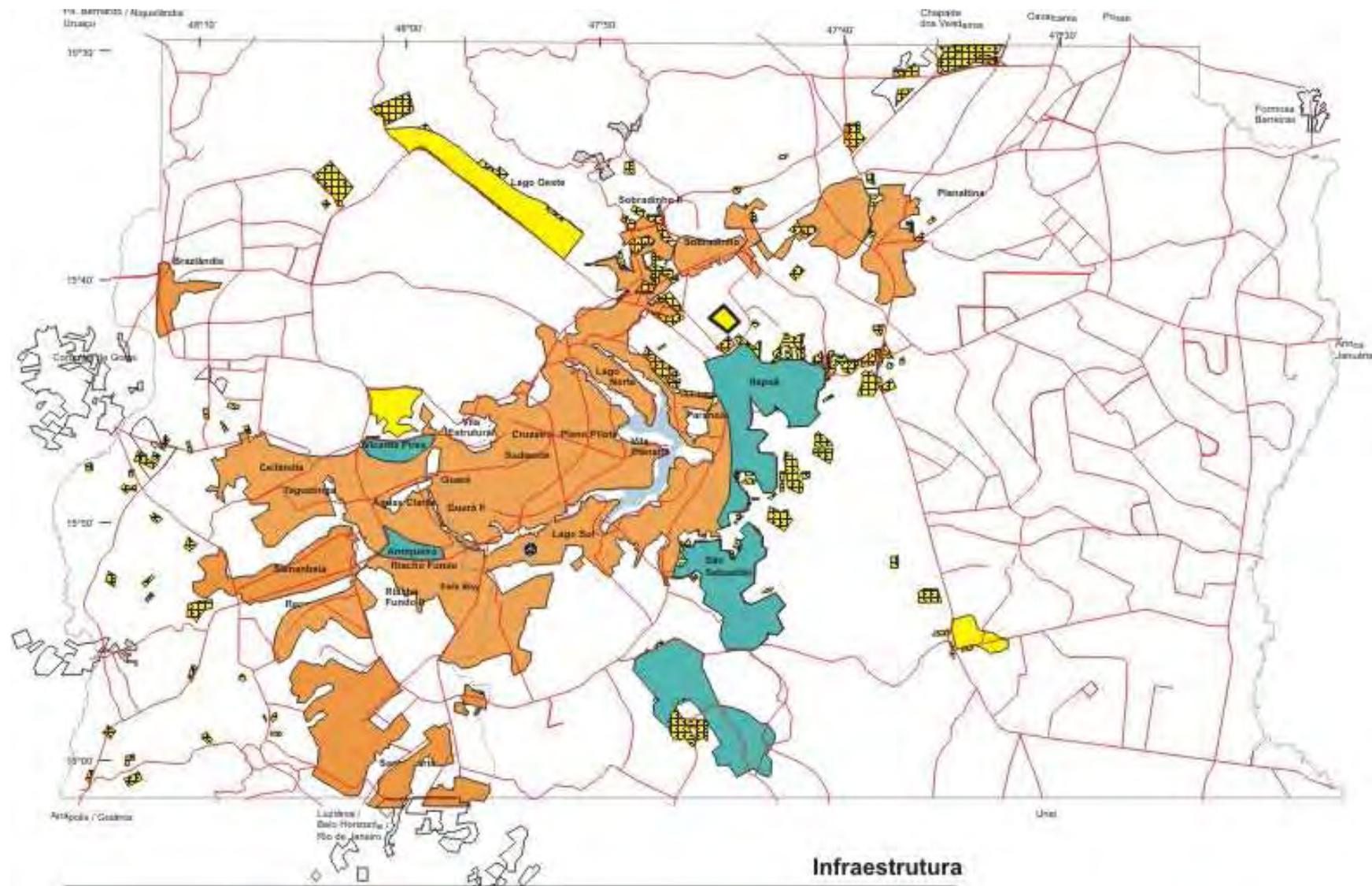


Sistema Viário

- CAMINHOS/ESTRADAS PREEXISTENTES
- VIAS RECENTES (EXTRAÍDAS DO MAPA DER-3007)
- FERROVIA
- ■ ■ ■ ■ METRÔ
- ▨▨▨▨▨ LOTEAMENTOS CLANDESTINOS
Localização aproximada dos loteamentos irregulares - 1995. (fonte: GET/PI - IPDF, julho 1995)
- MANCHA URBANA
- RODOVIAS
 - Federal
 - Distrital
 - Vicinal



**Mapa Síntese
2006**



Infraestrutura

- REDE ELÉTRICA
- REDE ELÉTRICA / REDE DE ÁGUA POTÁVEL
- REDE ELÉTRICA / REDE DE ÁGUA POTÁVEL / REDE DE ESGOTO
- MALHA VIÁRIA
- LOTEAMENTOS CLANDESTINOS
Localização aproximada dos Loteamentos Irregulares - 1995. (fonte: GETIP1 - IPDF, julho 1995)
- MANCHA URBANA DE 2005
- AEROPORTOS



**Mapa Síntese
2006**

CONCLUSÃO

A estruturação urbana de Brasília teve duas modelagens distintas: crescimento descontínuo e crescimento contínuo. A primeira, que decorreu do padrão inicial de ocupação em núcleos isolados, foi fortemente influenciada pela tese de manutenção de limites precisos para a *cidade central*, status este atribuído à urbe lançada com base no plano piloto traçado por Lúcio Costa (e seus parcelamentos anexos do Park Way e Lagos), implantada dentro dos limites da Bacia do Paranoá.

Embora, esculpida por esse entendimento, uma estrutura dispersa se tenha consolidado nos anos inaugurais, no caso de Brasília o rigor do modelo se mostrou, desde o começo, conflituoso com a trama rodoviária construída em torno da sede da Capital. O sítio das obras, tendo sido o mais penetrado por estradas-parque implantadas concomitantemente ao início da construção da cidade, tornou-se ainda mais convidativo à expansão, tanto a dirigida quanto a espontânea.

Ao longo dos anos, controlar a ocupação *informal* deste território central não foi tarefa fácil. O objetivo, conduzido com rigor, inspirou políticas públicas e contou com planos e equipes específicas. Este empenho na manutenção da *cidade central*, que permeou de extremo a extremo a história urbanística da Capital, foi reproduzido na origem da maior parte das cidades satélites do aglomerado.

Ainda que nos anos pós-inaugurais já se registrassem expansões em tecido contínuo (ocupando-se, inclusive, terras da Bacia do Paranoá que, em tese, delimitavam sítio restrito ao centro urbano), o ideário vigorou de modo bastante contundente até meados da década de setenta, quando a estrutura da ocupação oficial passou a sofrer alterações importantes. Configurando um novo entendimento da modelagem urbana, o planejamento da expansão dirigida passou a ser bastante influenciado pela presença prévia de infraestrutura, levando à consolidação de um padrão de crescimento sem interstícios. O vazio mantido entre o centro urbano e as primeiras satélites era agora também o território mais promissor para a especulação imobiliária sem trégua que se verificaria nas terras de Brasília.

Com maior intensidade ainda em dias atuais, preencher vazios e promover conurbações passou a constituir conduta aprovada pelas políticas urbanas, trazida para a prática na quase totalidade de novos projetos. Em consequência disso, o aglomerado de Brasília vem se tornando cada vez mais interligado, bem diferente do que foi há pouco mais de dez anos e mais distante ainda da cidade polinucleada dos anos inaugurais. Embora do ponto de vista espacial, seu território espraiado ainda

cause algum estranhamento aos habituados a urbanizações mais antigas, a tendência é que seu tecido se integre cada vez mais.

À guisa de conclusão, vamos promover uma breve análise dessa trajetória que, partindo de um território pouco ocupado e passando pela dispersão dos primeiros anos, alcançou a modelagem verificada em dias atuais. Uma perspectiva sumária da estruturação da mancha urbana de Brasília e sobre como determinados traçados, em alguns casos muito antigos, e alguns pontos fixos, estabelecidos com a implantação de infraestrutura urbana, participaram da organização morfológica da aglomeração.

A locação da cidade central

Nas proximidades do local escolhido para a implantação do centro urbano de Brasília havia uma conjunção de caminhos preexistentes. Um deles, proveniente de Luziânia, atravessava o sítio no sentido norte-sul, outro vindo de Corumbá, penetrava a oeste o quadrilátero delimitado para a nova sede federal. Uniam-se ao centro da bacia do Paranoá, seguindo então em um só percurso no sentido de Planaltina.

O embrião da cidade foi posicionado na margem leste desse trajeto. Terreno este que, dentre suas condições favoráveis, apresentou a possibilidade de prover um ganho estético para a urbe a partir da formação de um lago artificial com as águas represadas do rio Paranoá. E foi para aproximar-se mais das bordas desse lago que a cidade foi implantada um pouco mais recuada das margens da referida estrada, mais do que pretendeu Lúcio Costa, mas decorreu, segundo o próprio urbanista, da recomendação de Sir William Holford, um dos jurados do concurso que escolheu o projeto que serviria à construção da sede.

Os caminhos antigos para Planaltina, tanto o proveniente de Corumbá quanto de Luziânia, foram totalmente incorporados ao planejamento rodoviário da Capital. O percurso passando por Brazlândia e Corumbá serviu inicialmente como única ligação do território das obras com Anápolis, cidade adjuvante no suporte logístico inicial da mudança. Sobre o trajeto no sentido de Luziânia constitui-se a principal ligação com o sudeste e sul do país, a BR 040. E em seu prolongamento, passando por Planaltina e Formosa, consolidou-se uma rodovia para o nordeste, a BR 020.

Os traçados antigos tiveram suma importância também no planejamento do sistema de auto-estradas urbanas, que foi projetado e teve implantação iniciada ainda nos anos inaugurais. Sob a designação de Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA ou DF 003), o trecho antigo transpassando o centro da bacia do Paranoá foi tomado como espinha dorsal da nova trama de estradas-parque. Em função desse

papel estruturador atribuído a seu trajeto, a grande maioria dos traçados adicionados foi pensada para alcançá-la diretamente. Até mesmo os eixos rodoviários norte e sul (DF 002) do Plano Piloto que, com o deslocamento do conjunto em direção ao lago artificial tiveram que receber prolongamentos, foram interligados à EPIA.

Em 1958, com a implantação da Estrada Parque do Contorno (EPCT ou DF 001), lançada sobre o divisor de águas da Bacia do Paranoá e circunscrevendo todo o sistema rodoviário urbano, essa trama de auto-estradas passou a instrumentar fortemente o balizamento ocupacional da cidade. Associada à urbanística idealizada que discriminou *cidade central* e *idades-satélites*, particularmente realçada nos primeiros anos, participaram como verdadeiros *divisores de águas* dos valores territoriais atribuídos à nova metrópole. Todos os núcleos urbanos criados na sequência, vinculados em maior ou menor grau a ações de remoção de ocupações em torno do centro urbano, foram implantados para além da EPCT.

Assim, tendo a EPIA como mediatrix, a leste de sua margem permaneceram inicialmente apenas o Plano Piloto de Brasília, os setores residenciais do Lago Sul e Norte e a maior extensão do Setor de Mansões Park Way, além do núcleo provisório da Novacap (Candangolândia). Na margem oeste, o assentamento urbano provisório (Núcleo Bandeirante), o Setor de Indústria e Abastecimento e, transpassando um extenso vazio, as três primeiras cidades-satélites implantadas no período inaugural, dispostas em círculo pela margem externa da EPCT.

Pouco modificada ao longo das décadas seguintes e ampliada significativamente apenas com a introdução de estradas de penetração por território de destinação rural, a estrutura rodoviária implantada originalmente ainda permanece atuante na modelagem urbana e na organização da expansão da Capital.

A primeira cidade-satélite

Em fins de 1957, a implantação da sede do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) às margens da estrada vindo de Corumbá foi, sem dúvida, decorrente de uma decisão estratégica. Até 1958, quando foi inaugurada a nova estrada Anápolis – Brasília, o trajeto passando por Corumbá era percorrido pela maior parte dos migrantes com destino ao sítio das obras, ao menos pelos que seguiam por caminhos oficiais. Assim como ocorria com relação aos materiais de construção, o acesso daqueles provenientes das regiões Sudeste e Nordeste era feito por Anápolis, cidade mais próxima servida por linha férrea e de onde era mantido transporte com alguma regularidade para o local da nova sede de governo.

A locação de Taguatinga (primeira cidade-satélite criada para a aglomeração) em terreno avizinhado à sede do INIC veio aperfeiçoar ainda mais a estratégia de controle do acesso de migrantes ao território. O posicionamento da cidade, colocada entre este posto de seleção do ingresso ao mercado de trabalho das obras de Brasília e o centro urbano, que afinal estava a quase 30 km de distância, constituiu uma espécie de *barreira* urbana contra a ocupação indesejada.

Funcionou tão bem que o estratagema propiciou uma evolução própria e destacada daquela cidade-satélite, independente de estar absorvida por conurbação ou próxima às fontes de trabalho. Taguatinga cresceu de modo expressivo desde os primeiros anos e logo constituiu o polo demográfico do território. Tornou-se um dos extremos de uma das mais fortes linhas de crescimento de Brasília que, tendo como diretriz a Estrada Parque Taguatinga (EPTG), foi estabelecida entre aquela cidade e o Setor de Indústria e Abastecimento, apêndice do centro urbano. Atraindo em sua direção a expansão da urbanização, deu origem, ainda em meados da década de sessenta, ao surgimento do Guará I e Guará II. A partir dos anos setenta, passou a compor polo de crescimento multidirecional, atraindo novas ocupações oficiais e privadas, com destaque para Ceilândia, Quadras Econômicas, Vicente Pires, Samambaia e Águas Claras.

Constituiu-se subcentro popular da metrópole, conforme a modelagem tipicamente interiorana bem definida por Villaça. Tal como ocorreu com relação a centros que também atendem à parcela de renda mais baixa, exemplar na formação de Lagoinha, no caso de Belo Horizonte, e do Brás, no caso de São Paulo, Taguatinga teve na constituição de seu papel uma condição fundamental: a presença de uma barreira dificultando o acesso ao centro urbano. Nas metrópoles citadas, a expansão seletiva teve como adjuvante um rio ou uma linha férrea. No caso de Brasília, a barreira que ajudou a formar Taguatinga foi estabelecida pela EPIA e reforçada pela EPCT.

O polinucleamento

O antigo trajeto entre Luziânia e Planaltina serviu para referenciar a locação de mais duas cidades-satélites nos anos que precederam à inauguração de Brasília. Assim como Taguatinga, ficaram no lado oposto ao escolhido para posicionar o centro urbano, este situado a leste, e foram implantadas além dos limites da bacia sanitária contornada pela EPCT. Sobradinho foi criada ao norte e o Gama ao sul, formando com Taguatinga um semicírculo em torno do Plano Piloto.

No entanto, estes núcleos urbanos iniciais não foram os únicos merecedores de destaque na modelagem polinuclear dos primeiros anos, não sendo possível a partir dessa formação matriz explicar o processo de expansão urbana ulterior ocorrido em Brasília. A estrutura da mancha urbana da Capital teve vários outros polos de expansão. Além das cidades-satélites e do centro urbano, contou ainda com os dois núcleos urbanos preexistentes, Brazlândia e Planaltina - que não foram incorporados no aglomerado de imediato - e com outras várias sedes de funções diversas lançadas em pontos estratégicos do território do quadrilátero no contexto inicial de implantação da cidade. Essas sedes, na maioria dos casos localizadas a grande distância do centro e exigindo uma infraestrutura mínima para operar, constituíram núcleos independentes, contando com alojamentos próprios, fontes de energia elétrica, sistemas de armazenamento e distribuição de água potável, além de acessos melhorados.

Decorreu disso um arranjo muito mais amplo de núcleos que, não tendo em nenhum caso sua estrutura inteiramente apagada, esteve na origem de processos de urbanização ulterior e foram aos poucos integrados à mancha urbana da Capital. Dentre esses, os acampamentos operários e assentamentos provisórios de Paranoá, Vila Planalto, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e sede presidencial provisória (Catetinho) são os mais conhecidos e bem mais estudados. No entanto, além da sede do INIC, cuja influência na localização de Taguatinga já foi comentada neste estudo, outros núcleos de atividades funcionaram como polos de expansão da cidade.

Ao redor do sítio do Centro de Transmissão de Contagem surgiu o Lago Oeste; em torno do núcleo de cerâmicas e olarias surgiu São Sebastião; regiões avizinhas às granjas modelo do Riacho Fundo, Tamanduá, Ipê, Torto e Vargem Bonita, além das primeiras estações de tratamento de água, também foram absorvidas na aglomeração. Em todos os casos, atraíram a formação de tecido urbano em torno de suas artérias de comunicação e ao redor de suas sedes, estando, assim como as cidades satélites de Taguatinga, Sobradinho e Gama, na origem ou no extremo de várias vertentes de expansão.

Reformulação do modelo

O período subsequente à data inaugural teve particularidades que, após a expansão polinuclear dos primeiros anos, foram de suma importância para firmar o modelo interno da cidade antes que lhe fizessem novas expansões. É possível que, se Brasília não tivesse passado pelo momento de instabilidade política pós-inaugural, a conformação do aglomerado tivesse tomado rumos diferentes.

Sem novos núcleos urbanos ou inauguração de percursos rodoviários, o aglomerado cresceu em torno dos assentamentos previamente estabelecidos até a posse dos militares no comando nacional. E mesmo diante do declínio acentuado do ritmo das obras, a mancha urbana se expandiu entre os anos de 1960 e 1965, chamando a atenção o crescimento das cidades-satélites, inclusive o da distante Planaltina. Por outro lado, a manutenção de migração intensa, somada à inexistência de política habitacional, pareceu abrandar ou, ao menos, desorganizar, por algum tempo, as ações mais radicais de remoção de assentamentos populares em torno da *cidade central*. O contexto não permitia que se desconsiderassem os assentamentos consolidados, fossem eles construídos a desejo da Novacap ou pelas mãos dos Candangos. A cidade *informal* se fortaleceu nesse momento, o que contribuiu para a consolidação de vários remanescentes das instalações provisórias lançadas nos interstícios de Brasília.

O rigor com a manutenção não havia acabado, mas a idéia de ocupação em arquipélago sim. Nos anos seguintes - embora a interligação entre os núcleos urbanos fosse ainda uma condição distante a se vislumbrar - quando se noticiaram investimentos em torno da implantação de novas cidades-satélites em Brasília, não foram mais projetados núcleos isolados e à longa distância do centro como aqueles dos primeiros anos.

Declínio da modelagem polinuclear

Um ano após o golpe militar foi retomado o ritmo das obras da Capital. Revigorou-se também a tentativa de controle total do território da cidade. Aos reforços trazidos para a formulação de uma política habitacional local no período pós-Banco Nacional de Habitação (BNH), aliou-se uma ferrenha ação de controle da ocupação do território, levada a cabo pela Comissão Permanente de Controle e Remoção de Invasões criada em 1965.

A implantação do Setor Residencial Indústria e Abastecimento (SRIA), renunciando o surgimento do Guará, não manteria o distanciamento do centro urbano exigido pela modelagem polinuclear, que previa interstício de função rural entre o centro urbano e os limites das novas urbes. Da urbanística anterior, a nova cidade-satélite herdaria apenas a composição contida, exemplar nos planos de Sobradinho e Gama, e surgiria da expansão quase contínua de tecido urbano preexistente.

O assentamento do Guará carregaria ainda outras inovações. Localizado nas proximidades do cruzamento entre EPIA e EPTG, lançaria a primeira estrada-parque

interna ao anel sanitário no papel de condutora oficial da ocupação, fato surpreendente em se tratando de uma cidade-satélite. Sua instalação dava partida também à ocupação do eixo de crescimento mais promissor da Capital, estabelecido entre os dois polos de urbanização mais importantes de Brasília, com extremos em Taguatinga e Plano Piloto.

Nos anos seguintes, toda a expansão oficial da cidade tenderia a ocorrer em modelagem contínua. Taguatinga teria sua extensão duplicada em 1970, com a implantação de Ceilândia. E esta última cidade, representante maior da política de remoções, seria localizada ainda mais afastada do centro urbano, às margens da BR-070, e não pelos contornos da EPIA ou da EPCT. Se a modelagem polinuclear não havia resistido aos tempos, o controle dos limites da *cidade central* ainda povoava os planos oficiais, mantendo-se como forte condicionante do crescimento urbano.

Um último suspiro

A estruturação do território orientando-se pelos contornos da Bacia do Paranoá havia nascido, como já foi comentado, em reforço aos planos urbanísticos iniciais para o embrião da cidade. Mas já se mostrava conflituosa com uma tendência de se expandir o aglomerado em tecido contínuo, pois dentro dos limites da EPCT ainda havia muitas terras a ocupar.

Enquanto se implantava a Ceilândia, houve uma última tentativa de imposição dos contornos da *cidade central* como parâmetro para a urbanização de Brasília. Sem sucesso, melhor antecipar. O Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição (PLANIDRO), publicado em 1970, fundamentando-se em questões ambientais, propunha um limiar para a ocupação dentro dos limites da Bacia do Paranoá e de outras áreas ao redor do centro urbano. A penetração de suas bases foi inegável, mas em nada influenciou a ocupação do território de Brasília nas décadas seguintes.

Em 1975, o Projeto de Transporte Planejado, que criou uma via expressa sobre o eixo da Estrada Parque da Ceilândia (EPCL), formularia uma nova síntese, esta sim, endossada pelo Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT) elaborado em 1977, que teria resultados práticos sobre os processos de expansão. Iniciavam anos de importantes mudanças no percurso da urbanização da Capital.

Época promissora também para futuros ajustes no fornecimento de infraestrutura urbana, até então privilégio quase restrito à *cidade central*. A adesão ao Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), em 1977, e a atuação do Grupo Executivo para o Assentamento de Favelas e Invasões (Gepafi), entre 1982 e 1985,

traria reforços para a ampliação de serviços de infraestrutura nas cidades satélites e para a regularização de vários assentamentos populares, notadamente aqueles entranhados nas proximidades do centro urbano.

Além disso, se até então os polos de crescimento da aglomeração ainda se mantinham dentro dos limites estabelecidos pelas obras inaugurais - o centro urbano, os núcleos de atividades independentes e as novas satélites, agora contando com o Guará I e II e Ceilândia -, um novo ciclo de expansão infraestrutural em áreas rurais, trazendo redes de eletrificação e estradas de penetração, passaria a reproduzir atributos urbanos em novas paragens, permitindo uma futura ampliação das fronteiras urbanas da Capital.

A cidade ainda está oca

Ao alvorecer dos anos oitenta, a ocupação em torno do Plano Piloto havia crescido significativamente, com especial avanço do lado norte da cidade. Mas, se desde o início a implantação do centro urbano não havia se restringido às Asas Sul e Norte, ultrapassava agora também os limites inicialmente previstos para o Lago Sul e para o Setor de Mansões Park Way. Em meados da década de oitenta, o avanço da mancha urbana central em sentido leste, com a ocupação das bordas do antigo caminho para a barragem do Paranoá - a Estrada Parque Dom Bosco (EPDB) - já alcançava as margens da EPCT. Além disso, os parcelamentos no eixo sul, estruturados pelo trajeto da EPIA, em muito excediam os contornos estabelecidos nos planos iniciais.

Ainda assim o vazio mantido entre o centro urbano e as primeiras satélites ainda estava longe de se extinguir. A cidade ainda estava oca, como havia observado Lúcio Costa. Torná-la mais coesa, o que significava torná-la mais viável em termos de urbanização, surgiria como tema central dos planos de expansão seguintes, inclusive o assinado pelo urbanista – Brasília Revisitada.

A partir de então, as escolhas para localização de novos sítios urbanizáveis passou a ser feita por uma lógica mais pragmática: a existência prévia de condições indispensáveis às funções urbanas, unindo a possibilidade de estabelecimento de corredores de transporte de massa e a maior viabilidade de implantação de infraestrutura urbana. Os novos balizadores do planejamento ocupacional trariam para a prática o que Guará e a Ceilândia já haviam sinalizado: a expansão em tecido contínuo pertence à lógica urbana.

No início dos anos oitenta, Samambaia, Riacho Fundo e as Quadras Econômicas, criadas às margens da EPTG, nasceriam sustentadas por essa ótica. Adensar o corredor Taguatinga - Plano Piloto se tornaria recomendação explícita dos planos oficiais de expansão. E logo a crescente ocupação dessa rodovia, somada às novas urbes criadas nas proximidades da cidade satélite mais populosa da Capital, daria os primeiros passos para uma futura conurbação das áreas localizadas no quadrante sudoeste.

Sem fronteiras

Em meados da década de noventa as fronteiras da aglomeração haviam ultrapassado em muito os limites iniciais. Por um lado, fruto de crescimento dirigido, decorria de uma volumosa inclusão de novos núcleos urbanos no quadrante sudoeste, reconhecido agora pelas atividades de planejamento como principal vetor de urbanização da Capital e palco de expansão promovida por políticas populistas. A aglomeração havia crescido significativamente pelas margens da rodovia de ligação com Anápolis e Goiânia (BR-060) e por aquela com destino a Belo Horizonte, Rio e São Paulo (BR 040).

No entanto, enquanto a ação oficial dava preferência à direção dos principais eixos de ligação da capital com o Sudeste e Centro-oeste do país, onde um relevo menos ondulado facilitava ainda mais a ocupação, ampliavam-se os limites urbanos também no território restante.

Até os anos oitenta, somente Planaltina, Sobradinho e o Paranoá – vila surgida do acampamento das obras da barragem – ocupavam a região leste externa à Bacia do Paranoá. Além destas, apenas alguns remanescentes de atividades criadas junto à implantação de Brasília, como a Granja Modelo 4 (Torto), o Centro de Transmissão de Contagem e o núcleo de fabricação de cerâmicas, pontuavam esta parte do quadrilátero.

No entanto, durante a última década os *muros* a leste da EPCT, que até então haviam contido o crescimento da cidade nesta direção, haviam sido lançados ao chão. E o fato mais interessante seria constatar que o traçado circular da afamada rodovia criada para controlar a ocupação do sítio da *cidade central*, e fonte de inspiração para o planejamento até a década de setenta, havia oferecido o melhor suporte à consolidação de parcelamentos privados em terras de Brasília. Ao estabelecer um acesso ao centro urbano por todos os seus lados, havia criado uma condição

extremamente favorável para uma expansão urbana multidirecional na era do automóvel.

Assim, com a infraestrutura que vinha se aplicando desde os anos setenta em terras rurais de Brasília, muitas extensões munidas de estradas e redes de eletrificação estavam disponíveis para suprir o novo ciclo de expansão. E este crescimento espontâneo, embora não tenha surgido apenas sob influência dos antigos polos de crescimento, seria incrementado ainda mais nas cercanias de núcleos constituídos em anos inaugurais, conduzindo ao surgimento de ocupações expressivas, dentre as quais servem de exemplo as regiões atualmente conhecidas como Itapuã, Núcleo Rural Lago Oeste e São Sebastião.

Modelagem contínua

A avaliação de efeitos positivos ou contrários do adensamento e a aplicação de preceito mais democrático para as posses urbanas foram tópicos ressaltados com o marco regulatório introduzido pelo Estatuto da Cidade em 2001¹⁴⁵, um conjunto de instrumentos de natureza urbanística que se desviou do tradicional modelo tecnocrático voltado para usos ideais, visando, em síntese, induzir a formas de ocupação socialmente mais desejáveis.

Afirmar que a política urbana posta em prática em Brasília em tempos mais recentes significa sua aplicação desejável a tempo e modo é afirmação que requer mais zelo. Entretanto, considerando-se que, de fato, sinais de nova orientação ocorrem desde o ano de 1995, imagina-se feitos positivos nesse campo. A partir de então, além de um tratamento mais profícuo das questões fundiárias, a tomada de providências quanto a áreas ociosas do espaço urbano vem resultando em melhor proveito de sua infraestrutura pública, o que significa também localização mais favorável de suas populações.

Ocupar o tecido intersticial deixou de ser uma tendência e converteu-se em recomendação oficial na última década. A conduta, endossada pelos planos territoriais mais recentes, fez com que a cidade, ao menos aquela surgida por crescimento dirigido, passasse a crescer mais significativamente nos limites físicos estabelecidos até meados da década de noventa.

O último registro da mancha urbana da Capital revela que grande parte da área delimitada pela bacia do Paranoá foi ocupada, exceto pela presença de reservas

¹⁴⁵ Lei federal que regulamenta capítulo de política urbana da Constituição de 1988 (artigos 182 e 183).

ambientais que serviram de barreiras para o avanço da urbanização, a exemplo das áreas delimitadas para o Zoológico, Parque Nacional, Jardim Botânico e núcleo rural do Riacho Fundo.

A ocupação das áreas lindeiras da EPIA é quase total. Já alcançou as margens internas da EPCT no sentido norte e encontra-se prestes a alcançá-la também ao sul. Como ensaiado desde o início do processo de urbanização, e exceto pela presença de assentamentos populares consolidados nas entrelinhas desse tecido, na região a leste esquadrihada pela EPIA e a EPCT permaneceram os bairros mais nobres da cidade.

Nas áreas externas à Bacia do Paranoá o crescimento foi também muito expressivo nos anos recentes. Planaltina e Brazlândia dobraram suas extensões na última década. A cidade de Sobradinho, que permaneceu dentro dos limites de seu plano original até os anos oitenta e teve, assim como todos os setores norte do Plano Piloto, expansão mais moderada até pouco tempo, nos últimos anos polariza uma das áreas com maior crescimento de todo o aglomerado, expansão esta que decorreu, à exceção do parcelamento oficial de Sobradinho II, de crescimento espontâneo. A partir do arranjo inicialmente fortuito de loteamentos privados, as bordas da BR 020 foram preenchidas, chegando quase a alcançar Planaltina, cuja ocupação vem seguindo também para norte, em direção a Engenho Velho, orientada pelo antigo traçado da DF 205.

O Gama, também com expansão mais recente, ao contrário de Sobradinho e Taguatinga, acabou se unindo primeiro a cidades limítrofes à Brasília antes de se conurbar ao centro. Embora tenha sido objeto de várias expansões a partir dos anos noventa, ainda permanecem trechos livres entre este núcleo e a ocupação mais integrada ao Plano Piloto. Mas a tendência é que esta ligação se estabeleça em breve, pois está inserido em vertente de urbanização apoiada pelas ações de planejamento oficiais.

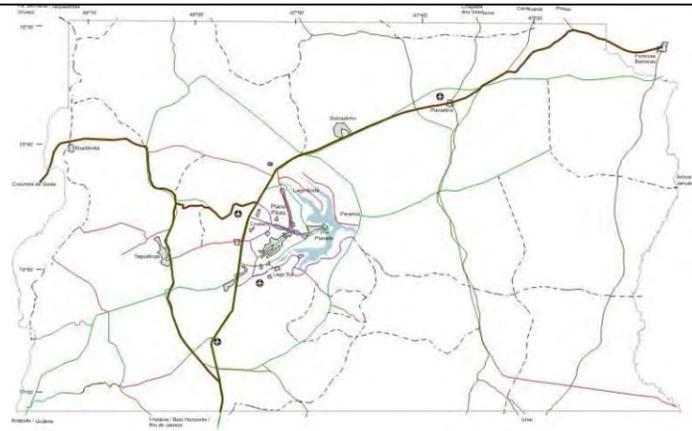
É provável que nos próximos anos se consolide ainda mais a ocupação de traçados mais antigos sobre o território da Capital. As margens da BR 040, EPIA e BR 020 prosseguem sendo os principais trajetos de chegada à Capital, tanto do nordeste, quanto do sul e sudeste. Além disso, planeja-se para futuro breve a implantação de corredor de transportes de massas, incluindo veículo sobre trilhos, que ligará Gama e Santa Maria ao Plano Piloto, além da complementação da linha prioritária para extensão do metrô à Asa Norte. Na sequência, uma tendência natural é que este modelo de transporte seja estendido para as áreas de Sobradinho e Planaltina,

reforçando assim o papel dessas rotas como suportes direcionais do crescimento do aglomerado.

Caso se mantenha as bases da política de adensamento e ocupação de vazios urbanos, somadas à maior fiscalização sobre loteamentos irregulares, a mancha urbana de Brasília tende a se tornar ainda mais coesa e a não ultrapassar seus limites nas próximas décadas. As armas atuais, instrumentadas por monitoramento satélite, são mais eficientes no controle de processos de ocupação informais, no entanto, a má notícia é que nem sempre aqueles em estágio ainda incipiente são percebidos por esses meios, especialmente nos casos em que as ruas não estão pavimentadas.

Mas os próprios ocupantes de assentamentos informais vêm sendo cooptados como aliados na fiscalização. Nos últimos anos, a construção de infraestrutura urbana virou moeda de troca em ocupações que aguardam regularização. Através da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), o Ministério Público Federal autoriza o início de obras de infraestrutura em condomínios irregulares, o que envolve um processo burocrático requerendo licenças urbanísticas e ambientais. Em troca da construção de redes elétricas, sistemas de abastecimento e pavimentação - cuja implantação exigiria, em tese, regularização fundiária -, os moradores participam da repressão a novas ocupações.

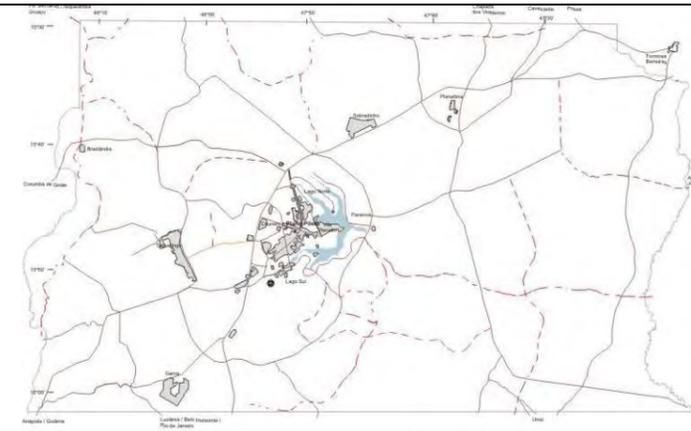
A questão a ser tratada com objetividade é, a nosso ver, de outra ordem. Brasília continuará sendo objeto de pressão, como ocorreu até agora, e o caminho menos adequado é aquele que desconsidera as demandas reais. Caso as respostas para as exigências não venham a tempo pelos meios oficiais, os parcelamentos informais ocorrerão, talvez mais distantes das áreas urbanizadas e pontuando aqui e ali (e não interligando, como convém) fronteiras ainda mais amplas. Crescer bem é o desafio.



Sistema Viário



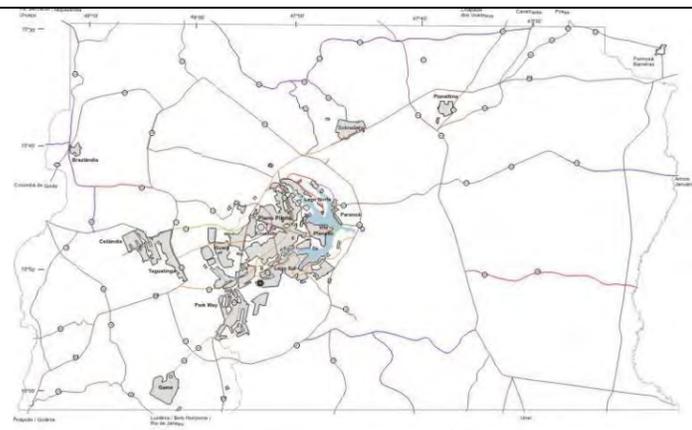
Mapa Síntese
1960



Sistema Viário



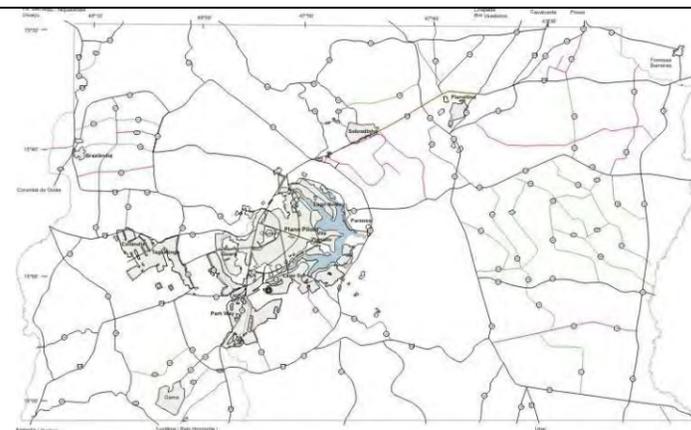
Mapa Síntese
1965



Sistema Viário



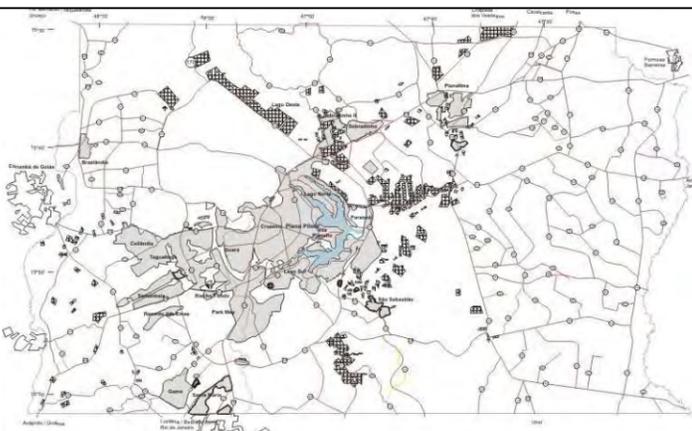
Mapa Síntese
1975



Sistema Viário



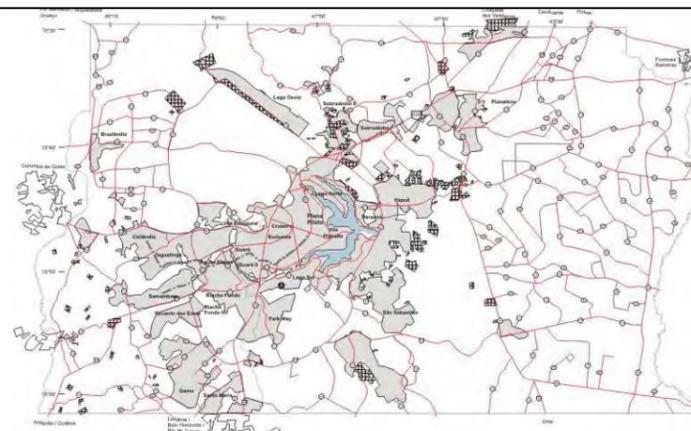
Mapa Síntese
1986



Sistema Viário



Mapa Síntese
1995



Sistema Viário



Mapa Síntese
2006

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha idéia era voltar um pouco ao passado, lamentar que a proposta de uma cidade menor não tivesse sido adotada, e, para ser coerente, reclamar dos que pretendem aumentá-la ainda mais, multiplicando os problemas dessa cidade que, a meu ver, podia ser mais simples e melhor, como uma flor pousada naquela terra agreste e abandonada...

OSCAR NIEMEYER¹⁴⁶

A epígrafe tomada de artigo assinado por Oscar Niemeyer, publicado a menos de um ano no jornal de maior projeção de Brasília, é evocada neste epílogo para ilustrar o quanto ainda se mantêm entendimentos desajustados acerca do crescimento e das próprias origens da cidade. Em paralelo a isso, trata de, convenientemente, associar os problemas urbanos da Capital a uma espécie de transgressão do *plano original*, este sim considerado puro e bem intencionado.

A sede da capital brasileira não pode ser entendida apenas como palco das decisões políticas e administrativas do país que veio ocupar os limites de um muro imaginário. É centro que alicerça uma rede cada vez mais ampla de cidades brasileiras as quais, é bom que se lembre, foram interligadas por estradas direcionadas às terras de Brasília ainda na década de 1950, quando a Capital foi posta no centro dos sistemas de transporte nacionais. Ocupa posição central de fato, interior para onde todas as comunicações do país convergem.

Seu crescimento é partícipe de processo mais amplo. Há algumas décadas a população brasileira se concentra em maior número em território urbano. Uma virada que foi alimentada ao longo dos anos por secas periódicas, excedentes rurais liberados por processos de modernização da agricultura e pela manutenção de débeis relações capitalistas de produção.

E a inversão entre taxas de população urbana e rural é fenômeno ainda mais abrangedor. Em todo mundo a quantidade de pessoas vivendo em cidades se sobrelevou recentemente à parcela sediada no campo, e a escala que melhor sintetiza a urbanização planetária é a de grandes metrópoles. Os motivos disso não são difíceis de compreender: a formação de superaglomerações tem suas lógicas básicas. A densidade populacional minimiza custos de produção, constitui grandes mercados consumidores e agrega serviços de melhor qualidade para o desenvolvimento de negócios. Além de centros financeiros, metrópoles tornam-se locais de conexão entre

¹⁴⁶ Jornal Correio Braziliense, 27 de agosto de 2008. Caderno Cidades.

peças e empresas, cuja convivência e diversidade são propícios aos processos de inovação, questão essa determinante no modelo capitalista.

Os desafios que se insculpem diariamente nas manchetes dos jornais brasilienses são comuns às grandes concentrações urbanas. Violência crescente, trânsito complicado e obstáculos para a criação de um bom sistema de transporte público, dificuldades habitacionais intrínsecas à pobreza - como a proliferação de favelas -, além de toda sorte de ocupação inadequada do solo estão todos inscritos na outra face da mesma moeda.

Se por um lado o crescimento de Brasília que testemunhamos é símbolo da concentração de riquezas, por outro decorre em grande pressão demográfica sobre seus serviços públicos e sobre suas terras. É preciso, sim, não perder o rumo da história e colocar o processo em curso nos trilhos de dias melhores. Mas de nada vale o controle acirrado do solo urbano se não forem oferecidas opções adequadas de expansão. É necessário democratizar o acesso à cidade e solucionar problemas acumulados, o que inclui uma expansão mais igualitária da infraestrutura urbana.

Supomos que este estudo tenha contribuído para a formatação de um panorama mais realista sobre o crescimento de Brasília. Em paralelo a isso, o exame da expansão urbana levando em conta a presença de investimentos infraestruturais, orientada, portanto, por elementos comuns à maior parte dos processos de urbanização, pode também inspirar abordagens sobre outros conjuntos. Acredita-se que a perspectiva lançada tenha reforçado o papel de determinados mecanismos em processos de ocupação que, independente de condições específicas e do rigor com que se conduz, influem decisivamente na transformação urbana.

Diversos temas urbanos permanecem em aberto no caso específico de Brasília e alguns devem ser investigados com urgência. Na Capital, provavelmente mais que em outros casos, foi comum que proprietários de suas terras se embrenhassem na política, não sendo necessário dizer que seus interesses contaminaram a orientação da expansão da cidade. Para a avaliação desse e de outros assuntos relevantes, presume-se que uma contribuição da presente pesquisa advém das informações reunidas no Anexo que, originadas de fontes primárias, podem servir a futuros estudos acadêmicos ou interessar aos que se ocupam do planejamento urbano de Brasília.

Em Eudóxia, que se estende para cima e para baixo, com vielas tortuosas, escadas, becos, casebres, conserva-se um tapete no qual se pode

contemplar a verdadeira forma da cidade. À primeira vista, nada é tão pouco parecido com Eudóxia quanto o desenho do tapete (...) Mas, ao se deter para observá-lo com atenção, percebe-se que cada ponto do tapete corresponde a um ponto da cidade e que todas as coisas contidas na cidade estão compreendidas no desenho, dispostas segundo as suas verdadeiras relações, as quais se evadem aos olhos distraídos pelo vaivém, pelos enxames, pela multidão. (...) o tapete prova que existe um ponto no qual a cidade mostra as suas verdadeiras proporções, o esquema geométrico implícito nos mínimos detalhes. É fácil perder-se em Eudóxia: mas, quando se olha atentamente para o tapete, reconhece-se o caminho perdido num fio carmesim ou anil ou vermelho amaranço que após um longo giro faz com que se entre num recinto de cor púrpura que é o verdadeiro ponto de chegada. (...) Sobre a relação misteriosa de dois objetos tão diferentes entre si como o tapete e a cidade, foi interrogado um oráculo. Um dos dois objetos – foi a resposta – tem a forma que os deuses deram ao céu estrelado e às órbitas nas quais os mundos giram; o outro é um reflexo aproximativo do primeiro, como todas as obras humanas. Há muito tempo os profetas tinham certeza de que o harmônico desenho do tapete era de feitura divina; interpretou-se o oráculo nesse sentido, sem dar espaço para controvérsias. Mas da mesma maneira pode-se chegar à conclusão oposta: que o verdadeiro mapa do universo seja a cidade de Eudóxia assim como é, uma mancha que se estende sem forma, com ruas em ziguezague, casas que na grande poeira desabam uma sobre as outras, incêndios, gritos na escuridão.

ITALO CALVINO ¹⁴⁷

¹⁴⁷ In “As cidades e o céu 1” (1972).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1960.

_____. Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Editora UnB, 1963.

ALBUQUERQUE, José Pessôa Cavalcanti de. *Nova metrópole do Brasil: relatório geral de sua localização*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1958.

ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Expansão urbana no Distrito Federal e Entorno Imediato (1964-1990): monitoramento por meio de dados de sensoriamento remoto*. Tese de Mestrado. UnB: 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 1991.

_____. *Modelagem dos Processos Espaciais Formadores da Dinâmica Urbana no Distrito Federal do Brasil*. 1995. Tese de Doutorado (Engenharia de Transportes) Departamento de Engenharia de Transportes. Universidade de São Paulo: 1995.

_____. *A sustentabilidade do ambiente urbano da Capital*. In PAVIANI, Aldo e GOUVÊA, Luis Alberto de Campos (Org.). *Brasília: Controvérsias Ambientais*. Brasília: Editora UnB, 2003.

AVILA, Ana Paula Barros. *Uma Introdução às Residências em Brasília: As três primeiras décadas*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

ÁVILA, Paulo Coelho. *Estudo da demanda habitacional no Distrito Federal*. Brasília: Editora do Autor, 2005.

BAHOOUTH JR, Alberto. *Taguatinga: Pioneiros e Precusores*. Brasília: HP Mendes, 1978. Brasília (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: Fundação IBGE, 1969.

BALCHIN, Paul; KIEVE, Jeffrey. *Urban land economics*. 3ª edição. London: MacMillan, 1986.

BATISTA, Geraldo et al. *Brasília, uma história de planejamento*. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003. pp. 1-18.

_____. *Brasília: A Capital in the Hinterland*. In: GORDON, David L. A (org.). *Planning Twentieth Century Capital Cities*. Nova York: Routledge, 2006.

BENÉVOLO, Leonardo. *História de la Arquitectura Moderna*. 8ª edição. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

BERTRAN, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal. Brasília: Solo Editores, 1994.

_____. Notícia Geral da Capitania de Goiás. Goiânia: UCG/ UFG/Solo Editora, 1997.

_____. Caminhos do Ouro. Disponível em <http://www.semarh.df.gov.br>. Acesso em: 20 de junho de 2007.

BICCA, Paulo. Brasília, mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo. Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda, 1985.

BOLAFFI, Gabriel. A Casa das Ilusões Perdidas: Aspectos Sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação. In: Cadernos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP/Brasiliense, n. 27, 1977.

Brasil. Coleção Brasília. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, 1960.

BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Primórdios de Piratininga. In: PILAGALLO, Oscar (editor). São Paulo, 450: Histórias e crônicas da cidade na Folha. São Paulo: Publifolha, 2003.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CAVALCANTI, Lauro. As preocupações do belo. Rio de Janeiro: Taurus, 1995.

COSTA, Lucio. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília. In: *Anais do I Seminário de estudos dos problemas urbanos de Brasília. Estudos e debates*. Brasília: Senado Federal, 1974.

_____. Brasília Revisitada. Diário Oficial do Distrito Federal n. 194. Brasília, 1987.

CHOAY, Françoise. Urbanismo: Utopias e realidades, uma antologia(o). 4ª edição. São Paulo: Perspectiva. 1997.

COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto. Rio de Janeiro, 1957.

DELLABIANCA, García. Estudo da evolução do uso do solo no Distrito Federal - o caso bacia do Rio São Bartolomeu, entre as rodovias BR 251 e BR 479. In: Anais do V Simpósio Brasileiro de Cartografia Geotécnica e Geoambiental. São Paulo: UFSC, 2004.

Distrito Federal (Brasil). Plano de ordenamento territorial do Distrito Federal. Departamento de Urbanismo - Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Brasília, 1992.

_____. Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – documento técnico. Departamento de Urbanismo. Brasília, 1997.

_____. Perfil socioeconômico do Distrito Federal. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Brasília, 1999.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Modelo de Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos do planejamento e gestão urbana: Brasília e Rio de Janeiro. Brasília: IPEA, 2001.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação / Subsecretaria de urbanismo e Preservação. Entorno do Distrito Federal. Vol. 1. Brasília, 2003.

_____. Agência de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. Cenários territoriais e demográficos para o Distrito Federal e entorno imediato. Relatórios 1, 2 e 3. Brasília, 2005.

ESPEJO, Arturo. Racionalité et formes d'occupation de l'espace: le projet de Brasilia. Paris: Anthropos, 1984.

FAQUINI, Rui; LEONARDI, Victor. Estrada Colonial no Planalto Central: uma viagem em baixa velocidade. Brasília: Instituto Paidéia, 2006.

FARRET, Ricardo Libanez. O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília. In: PAVIANI, Aldo. Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda, 1985.

FICHER, Sylvia. Edifícios altos no Brasil. In: II Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 1993, Salvador. Revista Espaço & Debates, 1994. São Paulo: FAU/USP, 1993. pp. 61-76.

_____. Senzala e casa grande. In: 5º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Cidades: temporalidades em confronto. Campinas: PUC/Campinas, 1998. (CD-Rom).

_____. Brasília e seu Plano Piloto. In: LEME, Maria Cristina. (Org.). Urbanismo no Brasil: 1895-1965. São Paulo: FUPAM, 1999. pp. 230-239. FICHER, Sylvia. Brasília e seu Plano Piloto. In: LEME, Maria Cristina. (Org.). Urbanismo no Brasil: 1895-1965. São Paulo: Fupam e Studio Nobel, 1999.

_____. Brasília. Projeto Design, nº 242, abril 2000. pp. 48-52.

_____; BATISTA, Geraldo Sá Nogueira. GuiArquitetura Brasília. São Paulo: Empresa das Artes e Editora Abril, 2000.

_____ et al. Os blocos residenciais das superquadras de Brasília. Jornal do CREA/DF, Brasília, nº 45, p. 16, out. 2004; nº 46, p. 16, jan. 2005; nº 47, p. 16, mar. 2005; nº 48, p. 16, maio/jun. 2005.

_____; PALAZZO, Pedro Paulo. Paradigmas urbanísticos de Brasília. In: Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Edição especial. Salvador, 2005. pp. 49-71.

_____. Os arquitetos da Poli. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FIKER, José. Avaliação de terrenos e imóveis urbanos. 4ª edição. São Paulo: Pini, 1993.

GALVÃO, Alfredo. Subsídios para a história da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1954.

GARREU, Joel. Edge City: Life on the New Frontier. New York: Anchor Books/Doubleday, 1992.

GEIGER, Pedro Pinchas. Evolução da Rede Urbana Brasileira. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

GUIMARAENS, Ceça. Paradoxos Entrelaçados. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

HADDAD, Paulo Roberto et al. Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise. Fortaleza: BNB - ETENE, 1989.

HARVEY, David. Urbanismo y Desigualdad Social. Madrid: Siglo XXI, 1977.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos – O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia da Letras: 2003.

HOLANDA, Frederico. O espaço de exceção. Brasília: Editora UnB, 2002.

_____. Brasília: da Carta de Atenas à Cidade de Muros. Disponível em <http://www.unb.br/fau/dimpu/portugues/cidmuros>. Acesso em: 12 de setembro de 2008.

HOLSTON, James. A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991. 2000.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília, 1999.

IPEA / SEDUH-Distrito Federal / BANCO MUNDIAL – BIRD. Análise do mercado de solo urbano no Distrito Federal e Entorno imediato. Brasília, 2003. Relatório final.

JACOBS, Jane. Morte e Vida das Grandes Cidades. (1ª edição 1961) São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses. Gestão ambiental urbana – da reflexão global à ação local. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2000.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Brasília, Mosaico Morfológico. In: Anais do IV Seminário sobre História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: PROURB / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-UFRJ, 1996, pp. 680-687.

KOSTOF, Spiro, *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*. Boston: Little, Brown and Company, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969 (ed. original: *Lê droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1966).

LEITÃO, Francisco das Chagas. *Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Nobel, 1999.

LONGO, Carlos; TROSTER, Roberto Luis. *Economia Pública*. São Paulo: Atlas, 1993.

LYNCH, Kevin. *Imagem da cidade(a)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LUCENA, José Mário Pereira de. *O mercado habitacional no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1985.

LUCENA, Andréa Freire de. *As políticas públicas de saneamento básico no Brasil: reformas institucionais e instrumentos governamentais*. *Revista Plurais (Online)* volume 1, nº 4, 2006, pp. 117 – 130. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

MACHLUP, Fritz. *Methodology of Economics and Other Social Sciences*. New York :The Academic Press, 1978.

MALAGUTTI, Cecília Juno. *Loteamentos clandestinos no Distrito Federal: legalização ou exclusão?*. 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 1996.

MANDELL, Paul Irving. *Coleção de Textos para a 'Introdução à Teoria Urbano/ Regional'*. Brasília: FAU/UnB, 1995.

MASCARÓ, Juan Luis. *Desenho Urbano e Custos de Urbanização*. Brasília: MHU-SAM, 1987.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos / EDUSP, 1980.

MEDEIROS, Crístomário de Sousa. *Viver e Resistir: Luta por Moradia Vila Varjão (1961-1988)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

MENEZES JR, Antônio; SINOTI, Marta; SARAIVA, Regina. *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: SEMARH, 2001.

MITCHELL, William J. *E-TOPIA: A vida urbana – mas não como a conhecemos*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

OGLIARI, Tatiana Celliert. *O Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal a partir da década de 90: Uma avaliação dos Planos Diretores Locais de Sobradinho e Taguatinga*. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes. A erradicação da Vila IAPI: marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

OLIVEN, Ruben George. Urbanização e Mudança Social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

O'SULLIVAN, Arthur. Urban Economics. Homewood III: Irwin, 3ª edição. 1996. Consulta a tradução de Isabela Gomes Carneiro, corrigida por Paul Mandell.

PACHECO, Altamiro de Moura. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás n. 4, pp. 8-12. Goiás, s/ data.

PANERAI, Philippe. Análise Urbana. Brasília: EdUnB, 2006.

PARK, Robert Ezra. A Cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luis Campos (Org.). Brasília: Controvérsias Ambientais. Brasília: Editora UnB, 2003.

PRED, Allan. Sistemas de Cidades em Economias Adiantadas. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RIBEIRO, Gustavo Lins. O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

RICHARDSON, Harry. Economia Regional: Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RIO, João do. A alma encantadora das ruas. (1ª edição Rio de Janeiro: Livreiro-Editora, 1908). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

RIZZINI, Carlos. Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SALES, Denise Vieira. Inventário da Arquitetura e do Urbanismo de Brasília – Habitação Popular no Distrito Federal: Políticas Públicas a partir de 1986. Orientador: Sylvia Ficher. Brasília, 2002. Relatório.

SANTOS, Eustaquio José Ferreira. Rodovias como fator de desenvolvimento do processo de urbanização da região no centro-oeste do Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 1972.

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. (2ª edição). Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

_____. Espaço e Método. São Paulo: Nobel. 1985.

_____. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHLEE, Andrey. A preservação do moderno. O caso de Brasília. In: PESSÔA, José et al. (Orgs.). Moderno e Nacional. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, v. 1. pp 141 – 156.

- SCHLEE, Andrey; FICHER, Sylvia. Vera Cruz, futura capital do Brasil, 1955. In: IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2006, São Paulo. Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo: FAU/USP, 2006. v. 1. p. 1-20.
- SILVA, Ernesto. História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade. (4ª edição). Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SOUZA, Maria Adélia; SANTOS, Milton (Org.) A Construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1986.
- SZILARD, Adalberto; REIS, José de Oliveira. Urbanismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: O Construtor, 1950.
- TAMANINI, Lourenço Fernando. Brasília: Memória da Construção. Volume I. Brasília: Projecto Editorial Ltda, 1994.
- TEIXEIRA, Hermes Aquino. Brasília: O outro lado da utopia (1956-1960). 1982. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade de Brasília. Brasília, 1982.
- VARNHAGEN, Francisco Adolph. A Questão da Capital: Marítima ou no Interior? (1ª ed. Viena: 1877). Brasília: Thesaurus, 1978.
- VELHO, Otávio Guilherme (org). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VELOSO FILHO, Francisco de Assis. Análise das propostas de expansão urbana no Distrito Federal. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade de Brasília. Brasília, 1986.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Fapesp/Nobel, 2001.
- VITOR, Edgard D`Almeida. História de Brasília. Coleção Brasil/Memória n. 5. Brasília: Thesaurus, 1980.
- WAIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Tropical do Brasil. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.
- WRIGHT, Charles; TURKIENICZ, Benamy. Brasília and the ageing of modernism. In: Cities, volume 5, novembro de 1988.
- ZMITROWICZ, Witold. As Obras Públicas de Engenharia e a sua Função na Estruturação da Cidade de São Paulo. Tese de Doutorado (Faculdade de Engenharia). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984.
- ZMITROWICZ, Witold; NETO, Generoso De Angelis. Infraestrutura Urbana. Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil. São Paulo, 1997. Texto técnico.

Documentos Cartográficos

Projeto Cartografia do Distrito Federal. Cartografia para o Planejamento do território e Educação Espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal. Mapas Rodoviários do Distrito Federal 1975 a 2006.

Cartografia da Evolução Urbana do Distrito Federal. Companhia de Planejamento do Distrito Federal.